



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE CIÊNCIAS HUMANAS
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: CIÊNCIAS DA
NATUREZA

MÁRCIA NUNES DOS REIS XAVIER

**TRANSPORTE ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DO CAMPO: EVIDÊNCIAS
DO PASSADO E OS EMBATES ATUAIS**

CIDADE DE GOIÁS

2022



**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES
ELETRÔNICAS DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO NO
REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio do Repositório Institucional (RI/UFG), regulamentado pela Resolução CEPEC no 1240/2014, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei no 9.610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo dos Trabalhos de Conclusão dos Cursos de Graduação disponibilizado no RI/UFG é de responsabilidade exclusiva dos autores. Ao encaminhar(em) o produto final, o(s) autor(a)(es)(as) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (TCCG)

Nome(s) completo(s) do(a)(s) autor(a)(es)(as): **MÁRCIA NUNES DOS REIS XAVIER**

Título do trabalho: TRANSPORTE ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DO CAMPO: evidências do passado e os embates atuais

2. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador) Concorda com a liberação total do documento [X] SIM [] NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante: a) consulta ao(à)(s) autor(a)(es)(as) e ao(à) orientador(a); b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo do TCCG. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro.

Obs.: Este termo deve ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.

Documento assinado eletronicamente por **MÁRCIA NUNES DOS REIS XAVIER**, **Discente**, em 09/03/2022, às 18:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado eletronicamente por **Welson Barbosa Santos**, **Professor do Magistério Superior**, em 10/03/2022, às 19:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_externo=0, informando o código verificador **2746826** e o código CRC **6C9FE4E2**.

Referência: Processo nº 23070.009783/2022-82 SEI nº 2746826



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE CIÊNCIAS HUMANAS

**TRANSPORTE ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DO CAMPO: EVIDÊNCIAS
DO PASSADO E OS EMBATES ATUAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal de Goiás- Câmpus Goiás,
como pré-requisito para obtenção do título de
Licenciada em Educação do Campo, com
habilitação em Ciências da Natureza.
Orientador: Dr. Welson Barbosa Santos

CIDADE DE GOIÁS

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Xavier, Márcia Nunes dos Reis

TRANSPORTE ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DO CAMPO:
EVIDÊNCIAS DO PASSADO E OS EMBATÊS ATUAIS [manuscrito] /
Márcia Nunes dos Reis Xavier. - 2022.
LXXII, 72 f.

Orientador: Prof. Dr. Welson Barbosa Santos.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade
Federal de Goiás, Unidade Acadêmica Especial de Ciências
Humanas, Educação do Campo, Cidade de Goiás, 2022.

Bibliografia. Apêndice.

Inclui mapas, fotografias, gráfico, lista de figuras.

1. Educação do Campo. 2. Transporte Escolar. 3. Pandemia. I.
Santos, Welson Barbosa, orient. II. Título.

CDU 1



UFG

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE CIÊNCIAS HUMANAS

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Ao(s) 21 dia(s) do mês de fevereiro do ano de 2022 iniciou-se a sessão pública de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado "TRANSPORTE ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DO CAMPO: evidências do passado e os embates atuais", de autoria de **MÁRCIA NUNES DOS REIS XAVIER**, do curso de Licenciatura em Educação do Campo, do(a) Unidade Acadêmica Especial de Ciências Humanas da UFG. Os trabalhos foram instalados pelo(a) Dr. Welson Barbosa Santos com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Denise de Oliveira Alves - UAECH UFG, Hélio Simplicio Rodrigues Monteiro - UAECH - UFG e Daniel Gabriel Borges - UAECH - UFG. Após a apresentação, a banca examinadora realizou a arguição do(a) estudante. Posteriormente, de forma reservada, a Banca Examinadora atribuiu a nota final de 9,0, tendo sido o TCC considerado Aprovado.

Proclamados os resultados, os trabalhos foram encerrados e, para constar, lavrou-se a presente ata que segue assinada pelos Membros da Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Welson Barbosa Santos, Professor do Magistério Superior**, em 01/03/2022, às 19:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Denise De Oliveira Alves, Professora do Magistério Superior**, em 09/03/2022, às 16:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Gabriel Borges, Professor do Magistério Superior-Substituto**, em 09/03/2022, às 18:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **MÁRCIA NUNES DOS REIS XAVIER, Discente**, em 09/03/2022, às 18:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Hélio Simplicio Rodrigues Monteiro, Professor do Magistério Superior**, em 14/03/2022, às 13:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2727244** e o código CRC **D7DA9D1F**.

Resumo

Buscamos com o presente estudo, inicialmente, contribuir para a compreensão de como a Educação do Campo é fruto de lutas constantes que pode ser percebida e usada nos contextos atuais. Assim, esta discussão terá Santos et al, e documentos como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar como referência. Pois, este artigo pretende considerar qual a importância do transporte escolar para o funcionamento da Escola do Campo e como tal demanda foi assumida e enfrentada no município de Goiás- Go. O trabalho descreve um pouco da história de luta por melhorias no transporte escolar, e quais caminhos se traçou, na busca de assistir o aluno do campo nos últimos dois anos em meio a pandemia do Covid-19, um pouco de como isso ocorreu em assentamentos e na escola do campo no município de Goiás – GO. Cujo objetivo desse trabalho será analisar Como o transporte escolar foi usado para atender os estudantes que não possuíam acesso as tecnologias em nosso município. Assim, para se entender o presente foi preciso mergulhar e considerar o passado, para assim, compreender a dimensão das lutas e processos em torno da educação e principalmente das políticas públicas voltadas para a educação do campo, com todo o seu dinamismo, subjetividade, marcas, vulnerabilidades, desafios, foco central desse trabalho aqui apresentado. Ainda, em segundo momento o texto relaciona os conceitos e historicidade da Educação do Campo na perspectiva dos documentos que asseguram as políticas públicas aos sujeitos do campo e de Paulo Freire, onde percebe-se que praticar a pedagogia da esperança, é manter a luta permanente por uma sociedade mais justa, mais solidária e menos excludentes. Como contextualização, o texto apresenta as narrativas de quatro participantes da pesquisa, que descreve um pouco da história vivenciadas na busca por melhores condições de transporte escolar e os desafios para seus filhos chegarem até a escola. A pesquisa proporcionou vivenciar de perto a realidade dos povos do campo por uma educação cada vez mais eficiente. De tal modo que, já podemos sinalizar e reconhecer de que não adianta somente oferecer escolas, é preciso também oferecer meios para que os alunos cheguem até a escola e permaneçam. Pois, é conhecendo e reconhecendo a importância de tais políticas públicas, que os sujeitos responsáveis pela execução e pela fiscalização podem assumir a efetivação das mesmas no campo e para o campo. Logo, o transporte escolar é imprescindível na educação do campo.

Palavras-Chave: Educação do Campo. Transporte Escolar. Pandemia.

Abstract

With the present study, we initially seek to contribute to the understanding of how Rural Education is the result of constant struggles that can be perceived and used in current contexts. Thus, this discussion will have Santos et al, and documents such as the Law of Directives and Bases of National Education, the National Support Program for School Transport as a reference. Well, this article intends to consider the importance of school transport for the operation of Escola do Campo and how such demand was assumed and faced in the municipality of Goiás-Go. Which paths were traced, in the quest to assist the rural student in the last two years in the midst of the Covid-19 pandemic, a little of how this happened in settlements and in the rural school in the municipality of Goiás - GO. The objective of this work will be to analyze how school transport was used to serve students who did not have access to technologies in our municipality. Thus, in order to understand the present, it was necessary to delve and consider the past, in order to understand the dimension of the struggles and processes around education and especially public policies aimed at rural education, with all its dynamism, subjectivity, marks, vulnerabilities, challenges, central focus of this work presented here. Still, secondly, the text relates the concepts and historicity of Rural Education from the perspective of documents that ensure public policies for rural subjects and Paulo Freire, where it is perceived that to practice the pedagogy of hope, is to maintain the permanent struggle for a fairer, more solidary and less excluding society. As contextualization, the text presents the narratives of four research participants, which describes a little of the history they experienced in the search for better conditions for school transport and the challenges for their children to get to school. The research provided a close experience of the reality of rural people for an increasingly efficient education. In such a way that we can already signal and recognize that it is not enough to only offer schools, it is also necessary to offer means for students to arrive at school and remain. Therefore, it is by knowing and recognizing the importance of such public policies that the subjects responsible for the execution and inspection can assume the effectiveness of the same in the field and for the field. Therefore, school transport is essential in rural education.

Keywords: Rural Education. School bus. Pandemic.

Epígrafe

“Ninguém nega o valor da educação e que um bom professor é imprescindível. Mas, ainda que desejem bons professores para seus filhos, poucos pais desejam que seus filhos sejam professores. Isso nos mostra o reconhecimento que o trabalho de educar é duro, difícil e necessário, mas que permitidos que esses profissionais continuem sendo desvalorizados. Ainda assim, nós professores devemos educar as pessoas para serem águias e não apenas galinhas. Pois, se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela, tampouco, a sociedade muda.”

Paulo Freire

Agradecimentos

A Deus que permitiu que tudo isso acontecesse, ao longo de minha vida, e não somente nestes anos como universitária, mas pela saúde e força que me mantiveram de pé por todos esses anos. Por não me abandonar, mesmo quando eu pensei que tudo estava acabado. Obrigada Senhor!

Ao meu orientador gratidão, por caminhar comigo e por tornar possível esse trabalho, por ser profissional e atencioso com seus alunos e alunas. Obrigado, pelas correções, pelos incentivos dedicados na elaboração deste trabalho. Obrigado por tamanha dedicação e empenho, em meio ao turbilhão de afazeres. Muito obrigado Dr. Welson Barbosa Santos.

Ao meu companheiro Gilson Xavier de Paula pelo companheirismo e apoio nas horas difíceis e nas ausências durante o percurso deste trabalho.

Ao meu querido, maravilhoso e espetacular filho, Bruno Caio. Que me alegrou, com seus risos, abraços, beijos e suas cantigas, quando eu estava tão amarga que mal o ouvia a perguntar, “mamãe, o que você está fazendo?”. Obrigada a você criança guerreira, que cresceu entre os bancos da universidade e que mesmo com tamanho cansaço se divertia e se sentia muito feliz. Você me deixa feliz.

Obrigada a minha filha Lara Regina e neto Luiz Fernando, que me incentivou, com seus risos e suas piadas, quando eu estava tão cansada e distante. Obrigada a você uma mãe guerreira, que cresceu entre as idas e voltas da universidade e mesmo com tamanho cansaço das viagens não se lamentava pelas minhas ausências.

Ao meus pais, por terem me dado a vida....

Ao meu pai mesmo que não esteja mais presente, mais me acompanhou em meu primeiro semestre neste curso.

A minha mãe pelo amor, incentivo e apoio incondicional que apesar de todas as dificuldades me fortaleceu, ora com um olhar, ora com uma simples mensagem de “bom dia”, que para mim foi de suma importância. Obrigada por me encorajar sempre.

À minha amiga Rosária dos Reis Francisco dos Santos, que sempre me apoiou, me incentivou, se alegrou com minhas vitórias e me encorajou nas minhas derrotas.

Obrigada, pela amizade, parceria, confiança e principalmente pelo apoio na elaboração deste trabalho.

Aos grandes amigos que conquistei ao longo desses anos Pollyanne e Maycon, com os quais pude contar em todos os momentos de necessidade e me atenderam sem hesitar, e que me deram apoio, incentivo nas horas difíceis, de desânimo e cansaço,

À Michely e Janaína Pacheco que me fizeram companhia nos momentos de diversão e principalmente nos momentos de dor e perda.

A minha cunhada Dormelina, obrigada, pelo acolhimento e pelas conversas durante as pesquisas para a elaboração deste trabalho

Obrigada, aos demais amigos e colegas de turmas que hora andaram lado a lado, hora se distanciaram por inúmeras circunstâncias em meio a essa pandemia.

Agradeço ao Gestor Ronaldo Martins e a equipe da Escola Municipal Terezinha de Jesus Rocha, sem vocês não teria como prosseguir neste trabalho.

Agradeço a todos os professores que perpassaram por mim deixando um pouco de si. Obrigada, por me proporcionar o conhecimento não apenas racional, mas a manifestação do caráter e afetividade da educação no processo de formação profissional, por tanto que se dedicaram a mim, não somente por terem me ensinado, mas por me fazer compreender e aprender tais teorias. A palavra mestre, nunca fará justiça aos professores dedicados aos quais sem nominar terão os meus eternos agradecimentos.

Meus agradecimentos aos amigos, companheiros de trabalhos e irmãos na amizade que fizeram parte da minha formação e que vão continuar presentes em minha vida com certeza.

Deixo aqui um agradecimento a minha a nossa colega e amiga Elisângela (In memorian), que sempre estava alegre, mesmo depois de uma dupla jornada de trabalho.

A todos meus amigos e familiares, irmãos, sobrinhos, tios, obrigada por acreditarem que seria possível. A todos que não acreditaram que seria possível, usei todas as falas de descrédito para reforçar meus pilares e construir mais um degrau rumo ao sucesso chamado “vida”.

Gratidão me define por tamanho aprendizado!

LISTA DE FIGURAS

Gráfico 1- Proporções de famílias assentadas por regiões no estado de Goiás-GO.....	23
Mapa 01- Visão Geral do parcelamento do quinhão 07 do PA Novo Horizonte.....	25
Mapa 02- Visão Geral do parcelamento do quinhão.....	27
Figura 1- Escola Municipal Terezinha de Jesus Rocha.....	32
Figura 2- Prédio da antiga Escola Municipal de Buenolândia.....	33
Figura 3- A falta de segurança no transporte em 2003.....	35
Figura 4- Superlotação no transporte escolar 2003.....	35
Figura 5- Transporte Escolar em 2021.....	36
Figura 6- O transporte escolar e a entrega dos blocos de atividade em 2021.....	37
Figura 7- O transporte escolar: e as estradas alagadas na Rota 51, em 2021.....	50
Figura 8- A dura realidade do transporte escolar em 2003.....	51
Figura 9- O transporte escolar e os contratempos nos períodos de chuvas.....	56

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
METODOLOGIA	14
A PANDEMIA E O REINVENTAR DA EDUCAÇÃO CAMPESINA	17
REFORMA AGRÁRIA EM GOIÁS-GO.....	22
UM BREVE HISTÓRICO DO ASSENTAMENTO NOVO HORIZONTE	24
O TRANSPORTE ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DO CAMPO EM TEMPOS DE PANDEMIA: DESAFIOS E SOLUÇÕES.....	34
A NOVA DINÂMICA IMPOSTA PELA PANDEMIA DO COVID-19	38
A POLÍTICA FEDERAL DO TRANSPORTE ESCOLAR NO BRASIL: UM BREVE HISTÓRICO	47
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	59
REFERÊNCIAS.....	61
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO.....	67
APÊNDICE B – ROTEIRO I DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA USADO NA PESQUISA.....	68
APÊNDICE C– ROTEIRO II DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA USADO NA PESQUISA.....	69
APÊNDICE D – ROTEIRO III DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA USADO NA PESQUISA.....	70
APÊNDICE E – ROTEIRO IV DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA USADO NA PESQUISA.....	71

INTRODUÇÃO

No período da pandemia e com a suspensão das aulas presenciais nosso maior desafio foi dinamizar o transporte de modo que pudesse atender os alunos com maiores dificuldades de acesso. Com o retorno das aulas presenciais foram necessárias várias medidas para atendermos aos protocolos de segurança sobretudo dentro do transporte escolar. Como havia a necessidade de manter distanciamento social, nosso grande desafio foi fazer uma escala de modo que esses alunos tivesse a maior regularidade possível em sala.

Atualmente estou como coordenadora pedagógica nesta unidade escolar. Nesse período de pandemia que estamos passando, o transporte escolar foi utilizado apenas para entrega dos blocos de atividades elaborados pela Rede Municipal de Ensino. Mas, até o final da década de 1990, os alunos eram transportados em caminhonetes cobertas com lona preta, ou iam amontoados em ônibus precários que nem sempre conseguiam chegar ao destino. Por diversas vezes os alunos concluíam o percurso a pé, chegando em casa de madrugada e inúmeras vezes não chegavam até a escola, o que ocasionava faltas constantes para esses alunos transportados. Com o passar dos anos a frota sucateada foi sendo substituída por carros em melhores estado de conservação. Outro ponto que teve uma visível melhora em relação ao transporte de alunos foi a divisão das rotas e, no caso de alunos que moram distante das rotas principais, o carro vai o mais próximo possível da residência do aluno. Esse “buscar em casa ou o mais próximo possível” facilitou muito para as famílias que nem sempre dispõem de veículo próprio para levar e buscar os filhos nas rotas principais.

Em minha opinião, embora seja inegável que a qualidade do transporte tenha melhorado, o fator do aluno permanecer no transporte escolar por longos períodos, pois o trajeto percorrido em muitos casos é longo e cansativo, muitos deixam suas casas 2 horas antes do início das aulas, isso em situações normais, quando ocorre imprevisto esse tempo varia. Logo, o aluno já chega cansado, disperso e esses fatores interfere comprometendo negativamente no processo de aprendizagem do aluno em sala. O transporte escolar, sempre tiveram contratempos, mas acredito que diretamente não foram responsáveis por evasões, porém existem diversos casos de famílias que deixaram o campo e se mudaram para a cidade devido à falta de regularidade e assiduidade do transporte escolar, logo, entendo que os problemas relacionados ao transporte escolar promove mais o êxodo rural que a evasão escolar¹.

A narrativa da gestora, soma-se a outras: um dos motoristas do transporte da escola do campo, uma professora da escola do campo e uma mãe cujos filhos viveram em

¹ Epígrafe retirada do depoimento de uma professora que atua à 23 anos em escola pública do campo, atualmente está lotada como gestora na educação básica campesina no Município de Goiás – GO,

décadas as agruras de depender do transporte escolar do campo.

De início, o recorte *“Nesse período de pandemia que estamos passando, o transporte escolar foi utilizado apenas para entrega dos blocos de atividades elaborados pela Rede Municipal de Ensino”*, já trás o desenho do que este trabalho se propõe discutir. É nosso desafio, mostrar como esse processo evoluiu, avançou e se tornou mais digno, mesmo reconhecendo ainda precariedades. O recorte *“até o final da década de 1990, os alunos eram transportados em caminhonetes cobertas com lona preta”*, nos mostra que muito se tem investido nessa escola e em seus alunos. Ao observarmos que *“Outro ponto que teve uma visível melhora em relação ao transporte de alunos foi a divisão das rotas e, no caso de alunos que moram distante das rotas principais, o carro vai o mais próximo possível da residência do aluno”*, tais subjetividades alcançadas, sinalizam que a escola do campo de nosso tempo não traz mais as marcas do passado, marcada por uma luta imensa por educação. Assim, inicia esse trabalho de TCC, com o desafio de vivenciar para compreender como essa luta por uma educação aconteceu no município de Goiás-GO, nos últimos dois anos. Nisso, algumas inquietações surgiram: O transporte escolar proposto pelo governo municipal aos estudantes da comunidade em torno do distrito de Buenolândia-GO alcança seu objetivo nos últimos anos? O transporte escolar atualmente oferece segurança as crianças e jovens que o utilizam? Os alunos que utilizam o transporte escolar oferecido pelo governo municipal conseguem ter o mesmo rendimento nas atividades de ensino e aprendizagem, em relação aos alunos que não o utilizam?

Um trabalho que tem como foco de estudo, os sujeitos inseridos no campo como, mães, professora/gestora e condutor do transporte escolar do campo. Mediante os questionamentos feitos, buscaremos responder tais demandas, com o auxílio de nossos participantes.

É nosso desafio nesse trabalho, chamar a atenção para questões complexas como quando *“o aluno já chega cansado, disperso e esses fatores interfere comprometendo negativamente no processo de aprendizagem”*. Portanto, considerar questões como *“O transporte escolar, sempre tiveram contratempas, mas acredito que diretamente não foram responsáveis por evasões, porém existem diversos casos de famílias que deixaram o campo e se mudaram para a cidade devido à falta de regularidade e assiduidade do transporte”*, é uma preocupação para com o debate que abrimos nesse trabalho de conclusão de curso. Mas, reforçamos que nosso contexto é específico. Abordaremos como toda essa dinâmica do transporte escolar foi ajustada em tempos de pandemia. Qual as ação foi traçada para que essa escola continuasse assistindo seus alunos e como isso

foi executado. Mas, consideramos importante, inicialmente, traçar um perfil do que ocasionou toda essa mudança.

Diante disso, esse trabalho busca traçar um panorama da luta por transporte escolar da educação do campo. Para tal, tomaremos como referência uma das tantas rotas que levam alunos do campo a escola do campo. A rota em questão é de uma das Escolas Polo² de Goiás-GO. Sendo este município situado no noroeste goiano e que tem no entorno de si, a terceira maior área e número de assentamentos feitos pelo INCRA e Reforma Agrária no Brasil. Quando consideramos que trabalharemos uma rota, a escolha do trajeto (P.As.) Novo Horizonte, Mata do Baú, Magali, Mosquito, Rancho Grande e Lavrinha tem muito a ver com a vivência atual de pesquisas nas quais temos nos envolvido, de projetos que nos tem colocado no convívio diário com alunos.

METODOLOGIA

Iniciamos o desenho metodológico que nos subsidia na estruturação desse trabalho, tomando Freire (2011, p.22) como referência, quando salienta que “se o meu compromisso é realmente com o homem concreto, com a causa de sua humanização, de sua libertação, não posso por isso mesmo prescindir da ciência, nem da tecnologia, com as quais me vou instrumentando para melhor lutar por esta causa.” Nesse caminho, esclarecemos tratar-se de um trabalho de campo, com a participação de sujeitos do campo e somados a uma análise documental, que, segundo Lüdke & André (1986), podem ser entendidos como aqueles documentos que integram uma fonte rica e segura de informações, onde a análise pode ser vista como uma importante técnica de tratamento dos dados qualitativos. Sendo assim usados entrevistas semiestruturada, Lüdke & André (1986, p. 34), afirmam que, “a vantagem da entrevista sobre outras técnicas é que ela nos permite a captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos”.

Assim sendo, tal instrumentos de pesquisa nos permitiu aprofundar o ponto que buscávamos escutar nas entrevistas feitas no decorrer das pesquisas. Pois, no momento da entrevista, como pesquisadores, nos foi possível executar “correções necessárias solicitando esclarecimentos e adaptações que a tornam sobremaneira eficaz na obtenção das informações” (Lüdke; André, 1986, p. 34). Assim sendo, Zanella (2013, p.114), diz

² “Escolas-Polo” são Unidades Escolares de Ensino Regular que atendem Educação Infantil e Ensino Fundamental, a serem definidas pela Secretaria de Educação.

que “As entrevistas pessoais são estruturadas com a presença do entrevistador frente ao respondente. As vantagens são a flexibilidade [mais detalhes e explicação das perguntas], maior complexidade, alto índice de respostas e garantia de que as instruções são seguidas.”

Essa pesquisa tem por base os pressupostos da abordagem qualitativa no qual foi utilizado as narrativas de professores, gestores, transportador³ e pais de alunos camponeses, como recurso de produção de dados, lembrando que o objetivo principal dessa investigação foi de compreender “Qual a importância do transporte escolar para o funcionamento da Escola do campo?” Um lugar de aprendizagem, a partir de um olhar específico real desses sujeitos envolvidos nesse trabalho. Entendemos que é importante valorizar os sujeitos e seus pensamentos expressos nas narrativas, podendo ser orais ou escritas.

Portanto, por meio da investigação o trabalho se desenvolveu tendo como aportes teóricos também a pesquisa (auto)biográfica, aplicando como objeto de estudo na compreensão das narrativas. Para Abrahão (2004) trabalhar com narrativas não é somente selecionar instrumentos ou fatos distintos em âmbitos de relatos profusos, mas sim, envolver-se na construção de uma memória que quer transmitir-se a partir da demanda de um pesquisador. Diante disso, o estudo (auto)biográfico é uma construção cujo investigador contribui, razão pela qual, dada a particularidade de seu modo de construção. Ao privilegiar a contribuição da pessoa nos procedimentos metodológicos. A pesquisa (auto)biográfica prioriza o humano e sua palavra, sua história e sua experiência de vida, quebrando assim uma herança pragmática e colonizadora, para estabelecer dentro da perspectiva epistemológica.

As narrativas propõem uma nova episteme, um novo tipo de conhecimento, que emerge não na busca de uma verdade, mas de uma reflexão sobre a experiência narrada, assegurando um novo posicionamento político em ciência, que implicam princípios e métodos legitimadores da palavra do sujeito social, valorizadores de sua capacidade de reflexão, em todas as idades, independentemente, do gênero, etnia, cor, profissão, posição social, entre outras opções. (PASSEGGI; SOUZA, 2017, p. 11)

Portanto, o arcabouço teórico, desse trabalho parte da elucidação e resgate da história de lutas da memória pode ser tomada como uma matéria-prima para mapear os

³ Transportador é o profissional especializado na locomoção de crianças e adolescentes estudantes.

fatos e compreender as bases de pensamento nas quais se pautam as ações vivenciadas por esses sujeitos. A memória é então capturada, nesta perspectiva, como possibilidade de enveredar-se pelo tema, sendo uma forma de analisar as experiências passadas pelos participantes, que se torna objeto de observação e ferramenta para a análise dos discursos que estes participantes trazem.

Pois segundo Duarte (2004, p. 215), as entrevistas,

se forem bem realizadas, elas permitirão ao pesquisador fazer uma espécie de mergulho em profundidade, coletando indícios dos modos como cada um daqueles sujeitos percebe e significa sua realidade e levantando informações consistentes que lhe permitam descrever e compreender a lógica que preside as relações que se estabelece no interior daquele grupo, o que, em geral, é mais difícil obter com outros instrumentos de coleta de dados.

No campo legal e ético, para uso das falas quer da autora do trabalho, quer de nossos participantes, descrevemos que as mesmas foram acessadas por via de uso dos espaços virtuais de comunicação, neste caso em específico, o WhatsApp.

Nesse contexto em busca de compreender o processo relevante e se faz necessário adentrar drasticamente a níveis interruptos das arguições discorridas ao longo da história, no entanto, buscar compreender os arcabouços absolutos vigentes em algumas percepções, ou a uma clareza na repercussão nos costumes é o que nos despertou e direcionou.

Procuramos analisar os dados históricos e o tema tendo autores que nos proporcionam parâmetros. Portanto, o conceito de práticas discursivas que também pode ser versado, conforme diz Francisca e Machado (2016), como elo entre discurso (enunciações) e prática (práticas sociais dos sujeitos). Portanto, a pesquisa tem como referência, recortes de fala de participantes que viveram e ainda vivem situações que os legitimam suas narrativas, e seu lugar de fala em espaço campesino. Por tal experiência, para sustentar tal argumentação, buscou-se nas falas dos participantes, a dinâmica de suas memórias e situações de suas próprias experiências e seus depoimentos permeiam a discussão.

Diante dos tipos de entrevistas que poderiam ser usados, adotamos as entrevistas semiestruturadas, pois assim diz Chizzotti (2001, p. 93) “O entrevistador deve manter-se na escuta ativa e com a atenção receptiva a todas as informações prestadas, (...) intervindo com discretas interrogações de conteúdo ou com sugestões que estimulem a expressão mais circunstanciada de questões que interessem à pesquisa.”.

O uso da técnica de entrevista exige do pesquisador um olhar atento a todas

as manifestações do entrevistado, desde a linguagem oral até a linguagem gestual. Pois, a através da linguagem que o entrevistado se comunica e expressa seus valores, sentimentos, suas opiniões, dentre outras manifestações pessoais. Minayo (1996, p. 109) chama a atenção para a “palavra como símbolo de comunicação”. No caso em específico, usou-se entrevistas semiestruturadas conforme anexo, permitindo um diálogo natural e dinâmico. Diante das repostas dos participantes, como já sinalizado, tivemos como referência a análise do discurso, para nos direcionar em nosso trabalho.

A PANDEMIA E O REINVENTAR DA EDUCAÇÃO CAMPESINA

A partir de um dado, cujo significado nos assusta, aproximadamente 6,6 milhões de mortos pelo Covid-19 em pouco menos de dois anos de pandemia. O dado nos remete ao estado de caos e calamidade, condição vivida pela população de todo mundo, contexto em que dificilmente cada um de nós não tenhamos ao menos o óbito de um ente querido. Diante desse momento, Paulo Freire nos ajuda em repostas no contexto atual. Pois, seu arcabouço teórico-prático traz elementos para se pensar o papel da escola e dos/das educadores/as, na travessia desses tempos sombrios, na necessidade de reinventar de uma sociedade.

Na busca por detalhar melhor como tudo isso começou, como demarcação temporal, eram ainda os últimos meses de 2019 quando começa-se a ter conhecimento da existência de um vírus letal na China – Covid-19, procedente de morcegos, conforme ressalta Brandão,(2020). Logo na sequência, a partir das primeiras semanas de 2020, a disseminação do mesmo, na Europa, coloca o mundo em estado total de alerta. Iniciava-se aí os horrores vividos pelos italianos na região de Bérgamo, imagens divulgadas que correram o mundo por via dos meios de comunicação. Estas, desencadearam pânico global e alerta do que se viveria adiante. Mas, temos presenciado algo mais terrível que se presumia.

A partir da Itália, presenciou-se o rápido avanço de uma pandemia, o total alcance e propagação a todos os povos e regiões do mundo. Da Alemanha aos confins da Amazônia, do polo norte ao polo sul, não houve nenhum limite ou cidadão que não estivesse em risco. Transcorrido os meses e considerado os efeitos, a pandemia promoveu mudanças extremas na sociedade e perdas insanáveis a economia global. Podemos afirmar que abriu-se uma ferida que já deixa marcas irrecuperáveis. Mas, embora tratar-se de um vírus altamente contagioso e letal, a questão é que as pessoas não podiam parar, precisavam produzir para a subsistência

Iniciou-se aí os decretos para conter as aglomerações e contágio, ao mesmo tempo, o medo do desemprego por faltar ao trabalho, a inquietação pelo desconhecido, a insegurança, o isolamento que não surtia efeito esperado para a contenção do Vírus. Assim, a pandemia interrompeu, de forma abrupta, todo nosso sistema e hábitos, vidas, histórias e projetos, desde o campo do privado, até o público. O percebido foi que, sem nenhuma prévia, emergiu o necessário repensar do educar e o adaptar-se as novas regras, agora imposta pelo quadro social que a pandemia exigiu se desenhar. As urgentes e sérias medidas de isolamento, ocorreram e foram adotadas ao redor do mundo, assim como nos diferentes níveis de ensino.

Diante do caos viu-se um movimento rápido, observado nas instituições de Educação Superior do país. Por determinação do MEC, os profissionais da saúde em término de seus cursos, que fossem diplomados e chamados a assumir a linha de frente de uma nação com aproximadamente 210 milhões de habitantes, depende quase que em sua maioria, do Sistema Único de Saúde - SUS. Um dado importante nesse sentido, fornecido pelo Ministério da Saúde (BRASIL 2021), foi que, em um ano de pandemia, a rede de atendimento intensivo foi ampliada em 25.186 unidades registradas no Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil, teve um aumento inédito de 61%. Com a abertura de novos leitos para atender a crescente demanda dos infectados pelo Covid-19, o país passou a contar com 66.497 leitos de UTI, registrados em janeiro de 2021. Sendo que em fevereiro de 2020 o número era de 41.311. Ressaltamos que, das novas UTIs abertas no Brasil, 10.081 atendem exclusivamente pelo Sistema Único de Saúde. Mas o desafio foi para além, haviam nesse momento uma corrida por abertura de ainda mais leitos de UTIs, somadas a outras questões sociais graves, como a questão educacional.

Era preciso pensar na saúde, mas não podíamos deixar de pensar que milhares de crianças, adolescentes e jovens, estavam restritos aos seus ambientes domésticos e sem escola, devido aos decretos municipais e estaduais de isolamento. Nessa outra linha de frente, as Secretarias de Educação dos Municípios e Estados, também já buscavam caminhos para o ajuste a uma realidade nova e desafiadora. Foi a partir desses movimentos que começaram a surgir as regulamentações para a nova realidade educativa. Eis aí um desses documentos, a Nota Técnica nº: 1/2020 SES-GO, que determinou,

Paralisar as aulas, de preferência por meio da antecipação das férias escolares, em todos os níveis educacionais, públicos e privados, de modo a interromper as atividades por 15 dias preferencialmente a partir de 16/03/2020, com tolerância máxima até 18/03/2020, podendo tal

paralisação ser prorrogável a depender da avaliação da autoridade sanitária do Estado.

Essa foi uma das tantas orientações e determinações produzidas em todo o país. Cabe destacarmos ainda, que por meio da Nota Técnica n. 1, de 15 de março de 2020, da Secretaria de Estado da Saúde, estipulou-se a paralisação das aulas presenciais no Estado de Goiás, a partir do dia 19 de março. Assim, nesse mesmo sentido, o parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE/CP) n. 5/2020, aprovado no dia 28 de abril de 2020, e homologado no Diário Oficial da União, no dia primeiro de junho de 2020.

Ajusta-se, dessa forma, o Calendário Escolar, surge aí a viabilidade de computar as atividades não presenciais com o intuito de cumprir a carga horária mínima anual, em razão da Pandemia. Em síntese, os Decretos determinaram a suspensão de atividades econômicas, não essenciais e as instituições de ensino, incluindo escolas públicas e privadas estavam incluídas nessa restrição. Assim, este texto vem considerar como tais ações ocorreram, como foram encaminhadas e aplicadas em um dos tantos municípios do país, no que tange o transporte da educação do campo. Nesse sentido, entendemos que dialogar com Freire, a partir da Pedagogia do Oprimido é um caminho, produzindo compreensões do cenário sanitário-político-educacional. Isso nos possibilita praticar a pedagogia da esperança, e manter a luta permanente por uma sociedade mais justa, mais solidária e menos excludentes. (FREIRE, 2005).

Referente ao contexto do trabalho aqui apresentado, historicamente, em 1739 o município de Goiás foi chamado de Vila Boa de Goyas. Hoje, mundialmente conhecida como cidade colonial, capital da Província de Goyas e terra da Poetisa Cora Coralina. Segundo dados do IBGE⁴, o último censo (2010) demonstra que o município tem uma população de aproximadamente vinte quatro mil setecentos e vinte e sete habitantes. De acordo com dados do órgão, o município possui uma área territorial de 3.108,020 km², e apresenta segundo o INCRA⁵, a maior concentração de assentamentos da Reforma Agrária criados em um estado brasileiro. Ao total somam 24 organizações. Por ser assim, a escola do campo é uma realidade e uma necessidade. Não diferente de outras localidades, devido a pandemia de Covid-19, a então Secretaria Municipal de Educação, Desporto e Lazer – SMEDL, ajustou sua logística de forma a alcançar a escola do campo. Tendo a meta que *“nenhum aluno da rede municipal estará excluído do processo de*

⁴ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

⁵ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

ensino aprendizagem, seja do rural ou do urbano” de acordo com narrativas da gestora da escola do campo.

Feito tais delimitações, este trabalho deixa claro a que pretende. Será uma busca por considerar as demandas de alunos camponeses que não possuem acesso a internet para acompanhar as atividades *online*, e como o transporte escolar atendeu as demandas dos mesmos em meio à pandemia. A referência é que ainda temos alguns que não dispõem de acesso e recurso de internet e o transporte escolar do campo foi quem supriu tal demanda. Há casos em que o aluno não possui o aparelho celular ou qualquer aparelho de acesso a internet.

Portanto, gestores e equipe pedagógica buscaram estratégias que pudessem, com ações, amenizarem os impactos da pandemia no que tange a educação e a malha de transporte que os atender foi crucial nessa demanda. Na luta para com o aluno do campo, nos aproximamos das rotas que esses alunos, diariamente fazem para chegarem a escola e a experiência em muito nos marcou. Esse movimento vem ao encontro do pensamento de Freire quando considera entender o sujeito como classe, ou como raça, ou como sexo. Isso porque, a posição de classe, a cor da pele e o sexo com que cheguei ao mundo não podem ser esquecidos”. (FREIRE, 2020a, p. 19).

O que podemos arrazoar foi que uma ressignificação para a educação, nunca antes imaginada, foi impulsionada a partir da pandemia causada pelo Coronavírus (COVID-19), nesses dois últimos anos. Mas, não podemos deixar de mencionar que, o afastamento, a dor causada pela perda de pessoas, o isolamento social, causaram uma desestruturação no sistema educacional de início, mas logo vieram possíveis caminhos. Desse modo, a crise sanitária impulsionou uma revolução pedagógica para o ensino em Regime Especial de Aulas não Presenciais e/ou presenciais mediadas por tecnologia – REANP, conforme a Resolução CEE/CP N. 18 DE 2020⁶. Portanto, tornando-se a de força considerada, se avaliarmos o surgimento da tecnologia contemporânea de informação e de comunicação e a forma como ela tem estado na educação. Mas, em meio essa realidade, fica o questionamento: Será possível atender a todos os estudantes através

⁶ RESOLUÇÃO CEE/CP N° 18, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2020. Autoriza as instituições do Sistema Educativo do Estado de Goiás a adotarem o regime especial de aulas não presenciais e dá outras providências. O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE GOIÁS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, especialmente a do Art. 14, inciso VII, da Lei Complementar n. 26/98, ao deliberar sobre o Processo n. 202018037002244, RESOLVE: Art. 1º – Autorizar as instituições jurisdicionadas ao Sistema Educativo do Estado de Goiás a adotarem o Regime Especial de Aulas não Presenciais e/ou presenciais mediadas por tecnologia – REANP para o ano letivo de 2021, enquanto durarem as medidas de isolamento social impostas pela pandemia.

de aulas remotas? Como ofertar/proporcionar educação em tempos de pandemia aos alunos do campo que não possui acesso as tecnologias? Como o transporte escolar foi usado para atender os estudantes que não possuíam acesso as tecnologias em nosso município?

Para tais respostas entendemos como importante avaliar esse contexto atual, buscar teóricos que nos façam refletir o papel da escola e como se chega até a escola, independente de que escola estejamos falando, ou mesmo de que tipo de aproximação estamos nos referindo. Nesse sentido, como é comum na educação, o importante é se reinventar diariamente. E o transporte escolar foi imprescindível nessa nova dinâmica. Ainda, para se entender o presente é preciso mergulhar e considerar o passado, para assim, compreender a dimensão das lutas e processos em torno da educação e principalmente das políticas públicas voltadas para a educação do campo, com todo o seu dinamismo, subjetividade, marcas, vulnerabilidades, desafios, foco central desse trabalho aqui apresentado.

Nisso, vale ressaltar que a Educação “do” e “no” campo, como toda as demais instituições de ensino existente no país, não é favor governamental ou de órgão públicos aos sujeitos que estão e são do campo. Assim como Santos et all, (2006, p.10) afirma que,

A educação do campo e para o campo é uma conquista dos movimentos sociais que sempre lutaram por direitos iguais e justos, assim a educação exigida pelos movimentos sociais é uma educação que liberta que abre os horizontes é uma educação que visa à formação integral do sujeito para que estes não sejam dominados.

Assim, por meio de lutas a educação do campo regulamentou-se amparado pela Constituição Federal. Assim como o acesso ao transporte para esse aluno chegar a escola, também trata-se de um direito.

O considerar de quem é o público que utiliza tais transportes e sem o qual, tais estudantes não teriam acesso a escola, pois se faz necessário, avaliarmos que em sua quase totalidade, crianças e adolescentes que moram em assentamentos e ou fazendas, consideravelmente distantes da sede do município onde estão as escolas funcionais⁷. Daí a importância desse transporte em regiões de assentamentos, assim como o bom funcionamento desses escolas polos no campo, que consigam atender tal demanda. Nesse

⁷ Tidos como modelos de uma nova forma de realizar a educação escolar, sobretudo naquilo que possibilitavam um melhor aproveitamento e um maior rendimento do tempo escolar, os grupos escolares tiveram uma história muito diferenciada nos diversos estados brasileiros.

sentido, a garantia que há é a própria lei. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 9.394/96 orienta que:

Art. 10. Os Estados incumbir-se-ão de:

VII - assumir o transporte escolar dos alunos da rede estadual.

(Incluído pela Lei nº 10.709, de 31/7/2003).

Art. 11. Os municípios incumbir-se-ão de:

VI - assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal.

(Lei nº 10.709, de 31/7/2003).

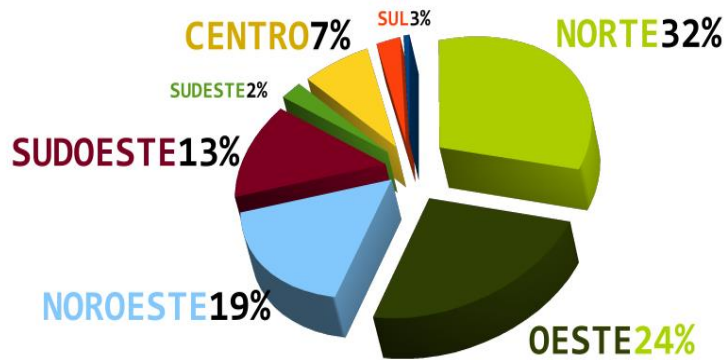
Assim, a luta por transporte escolar tem sido árdua e constante, no atender os alunos matriculados nas escolas da rede pública de ensino, tanto municipal quanto estadual, quando consideramos o público existente no campo.

Assim como afirma Martins (2010, p.51), “Sobre os fatores físicos, destacam-se o estado de conservação das vias e do veículo. Estradas malconservadas tornam as viagens desgastantes. Por outro lado, ônibus sucateados provoca ruídos, barulhos e desconforto para o aluno”. Nesse empreito, ao longo dos anos as instituições de ensino e os órgãos públicos pareciam não entender as dificuldades destes alunos. O descaso passava, inclusive, na não fiscalização e nem punição, para quem, de forma irregular desrespeitasse o serviço que devia ser prestado. Em função disso era comum existir em circulação carros sem nenhuma segurança e em péssimo estado de conservação que colocavam os alunos em risco a vida.

REFORMA AGRÁRIA EM GOIÁS-GO

Inicialmente já podemos admitir e reconhecer a luta dos movimentos sociais que contribuiu para criação dos assentamentos no estado e na região do Vale do Rio Vermelho. Nesse desafio, o Inbra Goiás atua em 82 municípios goianos, distribuídos em todas as regiões do Estado, desde de sua criação, em 1970. As regiões Oeste, Norte e Noroeste do estado, ficam com a maior parte do índice desses assentamentos, cerca 75%, conforme dados do INCRA (2020). Sendo que as regiões Oeste e Norte correspondem por mais da metade dos assentamentos, cerca de 67,5% de todas as famílias assentadas, conforme aponta o gráfico a seguir:

Gráfico1- Proporções de famílias assentadas por regiões no estado de Goiás-GO.



(Fonte: INCRA. Goiás, 2021.)

Conforme o gráfico, percebemos que as regiões Norte, Oeste e Noroeste são as que mais possui famílias assentadas no estado. A região do norte goiano está em primeiro lugar quanto ao número de famílias e de assentamentos atualmente são noventa e nove assentamentos e 5.448 famílias atendidas pela Reforma Agrária. Em segundo lugar está a região do Oeste Goiano com setenta e três assentamentos e 3.182 famílias assentadas. E a região do Noroeste Goiano está em terceiro lugar com cinquenta e sete assentamentos 1.526 famílias assentadas. Diante desse dados, é possível entender que a quantidade de famílias assentadas nas regiões Norte, Oeste e Noroeste, se destaca em relação as demais regiões do estado. Porém, o município de Goiás - GO situado no Noroeste Goiano, é o município com a maior concentração de assentamentos criados no estado, vinte e quatro Projetos de Assentamentos até a presente pesquisa. Por ser assim, na busca por desenhar alguns contextos camponeses em Goiás, GO, tomaremos como referência três dos vinte e quatro assentamentos da região, com a proposta de dar sentido ao debate aqui proposto.

Nessa busca, o assentamento mais acessível, quanto aos dados, foram Assentamentos; Novo Horizonte, Mata do Baú e Rancho Grande. Isso por ser local onde vivem nossos sujeitos de pesquisa. Por tal razão, partimos dos dados já existentes e fizemos um levantamento breve de como se deu a organização de uma escola polo, foco de nosso trabalho. Consideramos que essas subjetividades dos sujeitos camponeses se mostram importantes, porque nossa proposta é descrever como as famílias, com toda a dinâmica escolar de seus filhos viveram esses últimos e novos tempos. Para tal, ter como sujeitos desta pesquisa, mãe de aluno da escola camponesa, educadora em escolas polos do campo e motorista do sistema de transporte e gestão se mostrou algo fundamental.

Portanto, na busca por fazer melhor descrição, a partir de análises de documentos do INCRA, (2020) é possível descrever que o Projeto de Assentamento Novo Horizonte, situado aproximadamente 20 quilômetros da cidade de Goiás-GO, no qual faz fronteira

com o Assentamento Mata do Baú, tem como característica principal área de cerrado, e tornou-se espaço onde estão assentadas vinte e duas famílias camponesas, sendo uma família em cada parcela⁸. Aqui, o mesmo nos é referência, como já afirmado, por ser local de habitação de um dos participantes dessa pesquisa que envolve dinâmicas do transporte campesino em tempos de pandemia de Covid 19 e por ser parte da história da escola polo, foco deste trabalho.

UM BREVE HISTÓRICO DO ASSENTAMENTO NOVO HORIZONTE

O projeto de Assentamento Novo Horizonte do MST⁹, foi desapropriado em 10 de novembro de mil novecentos e noventa e cinco (10/11/1995), e sua criação aconteceu em dezesseis de maio de mil novecentos e noventa e seis (16/05/1996), com uma área de 1018.5037 ha. Vale ressaltar a importância do apoio da Igreja Católica e da CPT¹⁰ para essa conquista. Os Assentados do P.A Novo Horizonte teve o subsídio desta conquista da terra, o intermediador Dom Tomás Balduino¹¹, que não media esforços para estar ao lado de todo o processo, deixou suas marcas na região. De acordo com dados da Superintendência Regional Goiás - SR 04, podemos dizer que o P.A em questão, completou no dia 16/05/2021, vinte e cinco anos de história, fruto de todo processo de luta pela terra, de direitos do produtor campesino.

Portanto, a busca por uma melhor justificção, no trazer desses dados de um assentamento específico não tem por meta mostrar como uma conquista ocorre em dado local, mas mostrar o desenho da luta no campo de forma mais ampla. São conquistas marcadas por lutas e em algumas vezes, com vitórias alcançada por um povo vivendo as conquistas e realizações no Projeto de Assentamento, por um pedaço de terra. Mas justificamos que a luta, após a conquista da terra, precisa continuar por outros direitos, direito dos filhos de terem acesso à educação e a transporte de qualidade, foco desse

⁸ É uma unidade agrícola, chamada de parcelas ou lotes, é destinada a uma família de agricultor ou trabalhador rural sem condições econômicas de adquirir um imóvel rural.

⁹ Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

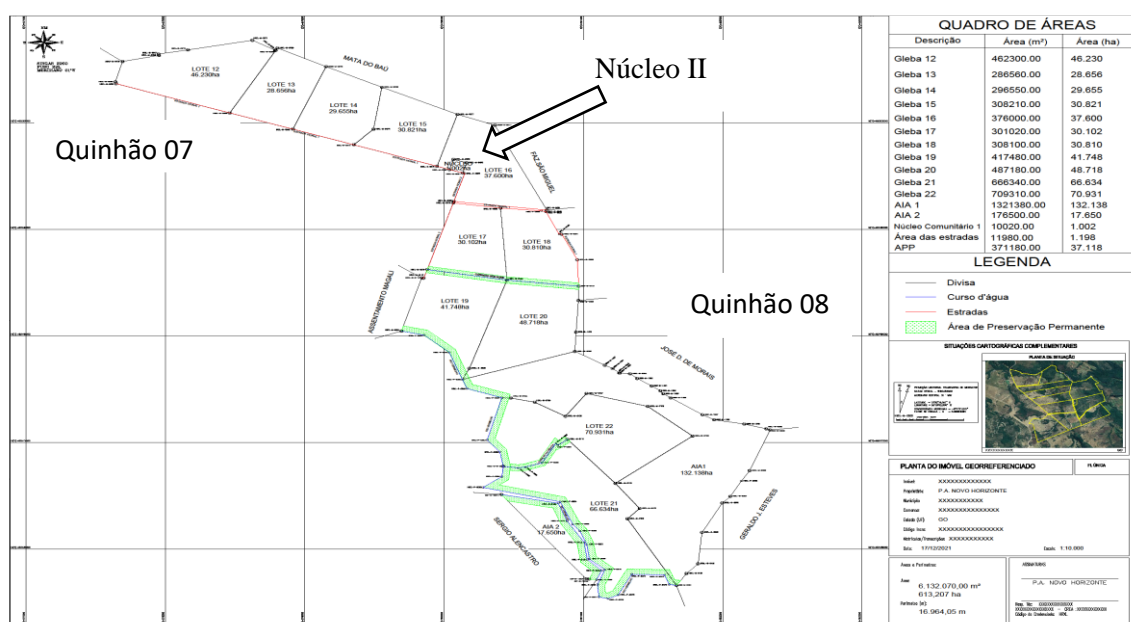
¹⁰ Comissão Pastoral da Terra.

¹¹ Dom Tomás Balduino foi um Bispo e Teólogo católico brasileiro, Bispo-emérito de Goiás, Assessor da Comissão Pastoral da Terra e pertencente da ordem dominicana. Nascido em 31 de Dezembro de 1922, no Estado de Goiás. Faleceu em 02 de Maio de 2014 em Goiânia-GO.

trabalho. É no reivindicar a escola é que surge, no assentamento, novas possibilidade de formação básica aos filhos do campo.

No que se refere o assentamento que adotaremos como referência, para melhor entender as dinâmicas que envolve tal temática, para além dos dados do mesmo e datas, nosso desafio é, como já anunciado brevemente, descrever um pouco da organização da Escola Novo Horizonte, situada nesse assentamento e com o intuito de atender o público que nele está. O Assentamento Novo Horizonte é incomum em sua estrutura, pois dividi-se em 3 quinhões¹² e 02 núcleos¹³. O quinhão 01 situa-se sentindo Goiás ao Distrito de Buenolândia neste quinhão está as parcelas de números 01 ao 11, no qual algumas de suas parcelas confronta-se com o Rio Vermelho. Já o quinhão 07 é composto pelas parcelas de números 12 ao 16 e o quinhão 08 é composto pelas parcelas de números 16 ao 22. Ressaltamos que os quinhões 07 e 08 estão unidos tendo entre eles um Núcleo. Conforme demonstra o mapa a seguir.

Mapa 01- Visão Geral do parcelamento do quinhão 07 do PA Novo Horizonte.



(Fonte: Arquivo pessoal da Planta Geral do quinhão 07 do P. A Novo Horizonte)

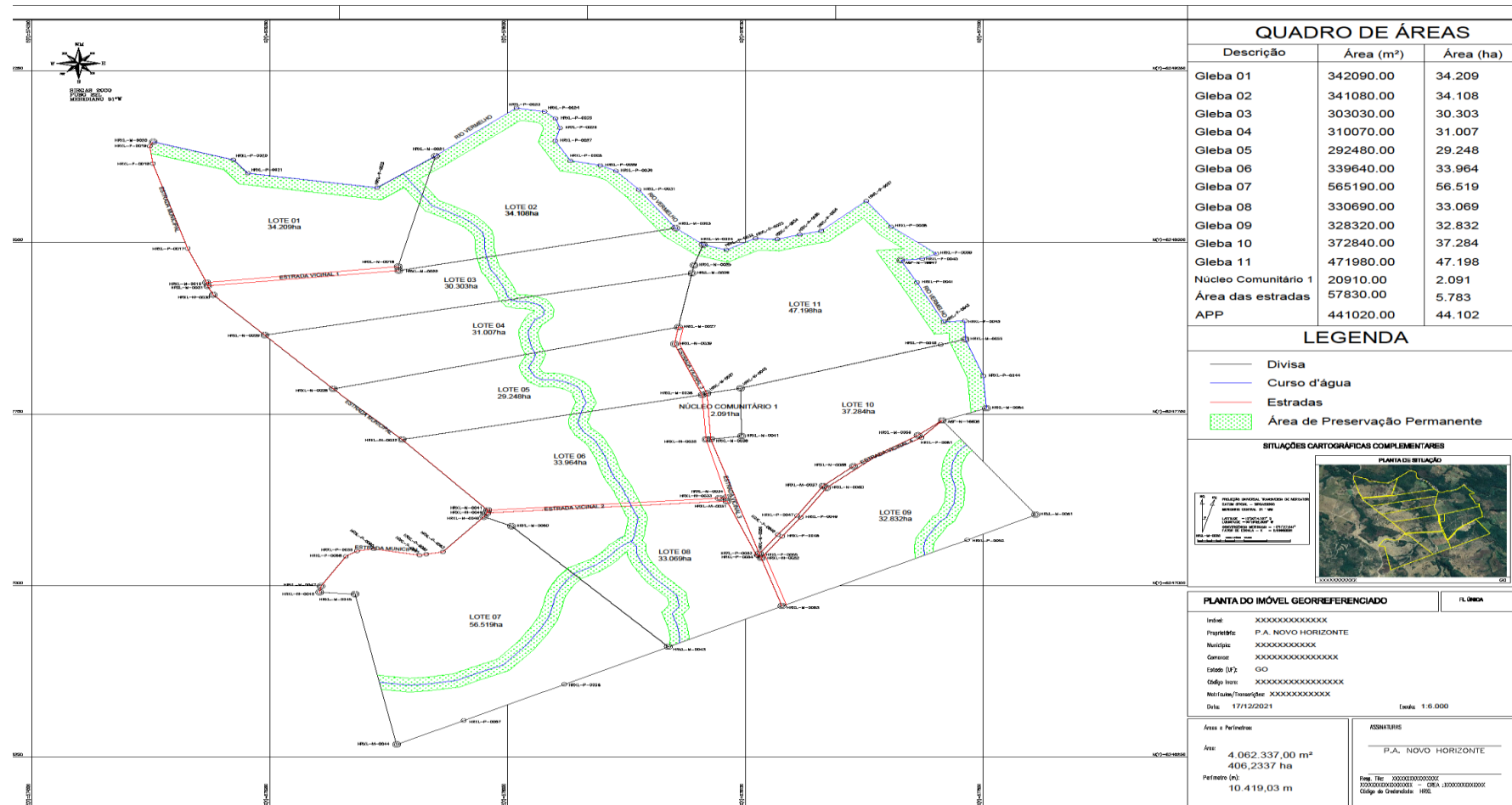
A imagem acima demonstra como foi demarcado cada parcela. Logo, podemos identificar onde se localiza o núcleo, para que possamos compreender, que a seta aponta

¹² Quinhão é a cota ou parcela que um indivíduo recebe por direito pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

¹³ Espaço reservado para ser utilizado em comum a todos do assentamento. Exemplo: escolas, igrejas, cooperativas, etc.

para o espaço em que está demarcado e sinaliza o núcleo II deste assentamento. Uma vez que neste espaço foi determinado que seria a escola. E nesse espaço se ergueu a Escola Novo Horizonte, sendo seu público os alunos que residiam no assentamento Novo Horizonte II, Assentamento Magali e fazendas no entorno deste assentamento. O mapa a seguir nos será usada afim de demonstrar o que foi mencionado acima, com a finalidade de justificarmos o motivo do assentamento Novo Horizonte ter a escola funcionando em dois lugares distintos. Vejamos o mapa a seguir.

Mapa 02-Visão Geral do parcelamento do quinhão 01.



(Fonte: Arquivo pessoal da Planta Geral do Parcelamento-quinhão 01)

O mapa acima nós faz perceber a distância entre os dois núcleos, não permitia que a única escola atendesse a todos os alunos desse assentamento. Então foi dividida em dois lugares, e assim as crianças e professores percorria a pé todos os dias para chegar até a escola. Ressaltamos que as escolas funcionavam com várias séries ao mesmo tempo, no qual havia um único professor para atender a todos os alunos daquela escola. Como haviam muitas crianças na região, foi necessário ter uma sala de aula no Núcleo I e uma o Núcleo II do Assentamento Novo Horizonte e uma escola no Núcleo do Assentamento da Mata do Baú. A sala de aula do núcleo II do P.A Novo Horizonte era próxima da outra, aproximadamente quatro quilômetros entre ambas. Desse modo, a família decidia matricular seus filhos na escola mais próxima de sua residência. Portanto, a figura 01, permite entender que o lote 12 do quinhão 07, confronta com o núcleo do Assentamento Mata do Baú, local onde encontrava a Escola Bela Vista.

Trata-se de escolas que funcionava em regime multisseriado¹⁴ por alguns anos. É apoiado nas narrativas de uma assentada, tentaremos descrever esses passos de organização. Com esse intuito, o recorte de fala de uma professora que atuou na escola, traz um pouco desse compasso e as fragilidades com que tais instituições eram estabelecidas. No recorte de fala da participante, ela afirma,

Atuei por dois anos e meio na escola Bela Vista, situada no Projeto de Assentamento Mata do Baú, escola que tinha pontos negativos e pontos positivos. O ponto negativo eram a falta de infraestrutura e assistência pedagógica. Eu desempenhava múltiplas funções; professora, secretária, merendeira. Mas, mesmo assim tinha algo bom e os principais pontos positivos eram a dedicação dos alunos. Tudo era difícil, percorriam longas distâncias a pé, enfrentando sol e chuva, então quando chegavam na escola realmente tinham interesse em aprender. Outro ponto positivo maior, admito que fui eu quem ganhei. Isso porque me considero privilegiada pois, em decorrência disso tive a oportunidade de continuar meus estudos. A questão foi que quando comecei a lecionar eu tinha apenas o Ensino Fundamental completo e por morar no campo era praticamente impossível me deslocar diariamente para a cidade. O que tenho a dizer é que hoje as coisas são mais fáceis, mas, naquela época era muito complicado. Em decorrência da docência que exercia, em 1999 surgiu a oportunidade de cursar o magistério, por meio do “PROFORMAÇÃO”¹⁵. Com esse programa de incentivo à formação de

¹⁴ As classes multisseriadas são uma forma de organização de ensino na qual o professor trabalha, na mesma sala de aula, com várias séries do Ensino Fundamental simultaneamente, tendo de atender a alunos com idades e níveis de conhecimento diferentes.

¹⁵ Programa da Secretaria de Educação a Distância, é um curso em nível médio, com habilitação para o magistério na modalidade Normal, realizado pelo MEC em parceria com os estados e municípios. Destina-se aos professores que, sem formação específica, encontram-se lecionando

professores eu poderia trabalhar. Admito, que, foram dois anos de muita luta, pois as férias e os finais de semana eram destinados aos estudos. (Gestora da escola do campo)

Conforme recorte, é possível compreender a importância das políticas públicas, principalmente quando se trata de educação, como Santos et al (2019) descreve em seu trabalho. Nos referimos aqui a políticas de cidadania. A questão é que para o alcançar tais políticas, há necessidade de luta. Uma luta longa de contra hegemonia feita pelos movimentos sociais. Nesse embate, na defesa da terra para pequenos agricultores na região do Vale do Rio Vermelho, Dom Tomás Balduino, usava uma clássica frase comum e que se eternizou até o nosso tempo, entre os assentados: “Direitos não se pede de joelhos, exige-se de pé”. Reforçamos que o trazer educação para os assentamentos trazia consigo toda essa consciência de luta e de reivindicação de direitos.

Prova disso é que para abrir uma escola havia necessidade de articulações dos próprios assentados, no sentido de iniciar os trabalhos, mesmo sem formação adequada para isso. Pelos dados descritivos dos sujeitos dessa pesquisa, fica entendido que os primeiros projetos educacionais nos assentamentos exigiam, empregavam, envolviam parte dos sujeitos assentados em toda a dinâmica educacional que uma escola exige. Em mais um recorte de fala, com papel descritivo, a participante descreve,

Minha carreira na educação iniciou no ano de 1998, quando fui convidada para trabalhar na alfabetização de adultos no Projeto de Assentamento Mata do Baú. No ano de 1999 assumi as turmas regulares passando trabalhar com alunos da pré alfabetização até o 4º ano do Ensino Fundamental I. Ainda, atuei por 2 anos e meio na Escola Bela Vista no Projeto de Assentamento Mata do Baú, com o fechamento das escolas multisseriadas nos assentamentos Novo Horizonte e Mata do Baú e a abertura da escola Polo Terezinha de Jesus Rocha fui transferida e lá permaneço até hoje. (Gestora da escola do campo)

Pelo descrito, uma peculiaridade das Escolas multisseriadas é que tinham números excessivos de alunos para um mesmo professor, as estruturas são comumente precárias e improvisadas e ocorrem nas casas dos professores, sedes de fazendas ou em ranchos. Tratavam-se de estruturas construídas pelos próprios pais dos alunos, interessados em educar seus filhos. Pelas narrativas de fala já inseridas, fica evidente que professores, em sua maioria, eram de pouca ou nenhuma instrução acadêmica para

nas quatro séries iniciais, classes de alfabetização ou Educação de Jovens e Adultos – EJA das redes públicas de ensino do país.

atuarem na docência. Outra característica que ficou evidente no recorte de fala é que educadores eram sobrecarregados com o acúmulo de funções, tais como professor, merendeira, faxineira. Tratava-se de contexto em que inexistia qualquer questão no sentido de acompanhamento pedagógico e recursos didáticos. Todos eram escassos. Assim, em um recorte de fala descritivo, a participante faz as seguintes afirmações,

A escola funcionava em condições precárias, era uma escola totalmente improvisada, sua estrutura era basicamente o telhado que inicialmente era coberto por palhas de coqueiro de bacuri¹⁶ e lona. Algum tempo depois os pais fizeram um mutirão e as palhas foram substituídas por telhas. Mas como não existia parede, todo o material didático tinha que ser transportado diariamente. E como não havia banheiros os alunos faziam suas necessidades fisiológicas no mato. Havia na sala de aula um quadro pequeno fixado em um esteio, as carteiras e mesas eram feitas, basicamente por duas tábuas uma mais baixa onde o aluno se sentava e uma mais alta que servia como apoio para os livros e cadernos. Quando tinha lanche o mesmo era armazenado em minha casa. Inclusive, eu preparava e levava pronto para a escola. Cada aluno trazia sua vasilha de casa, pois na escola também não havia água sequer para beber, depois do lanche guardavam a vasilha suja para ser lavada em casa. Era comum chegar na escola e ter animais dormindo dentro da sala, então antes de iniciar a aula precisávamos retirar as fezes e varrer para darmos início a aula.
(Gestora da escola do campo)

O recorte “*A escola funcionava em condições precárias, era uma escola totalmente improvisada, sua estrutura era basicamente o telhado que inicialmente era coberto por palhas de coqueiro de bacuri e lona*” trazem um desenho real de como as instituições educacionais foram estabelecidas na região. O recorte “*Havia na sala de aula um quadro pequeno fixado em um esteio, as carteiras e mesas eram feitas, basicamente por duas tábuas uma mais baixa onde o aluno se sentava e uma mais alta que servia como apoio para os livros e cadernos*” confirma, com riqueza de detalhes, como esses processos se deram. Ao observarmos o recorte “*Era comum chegar na escola e ter animais dormindo dentro da sala, então antes de iniciar a aula precisávamos retirar as fezes e varrer para darmos início a aula*”, tais afirmativas soam como ficção para um professor urbano de nosso tempo.

¹⁶ O bacuri (*Scheelea phalerata*) é uma palmeira que pode atingir até 10 metros de altura. Também conhecido por acuri, acurizeiro, coqueiro-acuri, ganguri. Tendo papel fundamental para a biodiversidade e suas flores, que desabrocham entre os meses de janeiro e maio, servem como agentes polinizadores de insetos. Os frutos são formados em grandes cachos e surgem entre o período de outubro a dezembro.

Vale considerar que essas condições de precariedade relatadas, aconteceram posterior a efetivação dos Assentamentos de Reforma Agrária, em meados da década de 1990, na referida área foco deste trabalho. E, tal dinâmica só pode acontecer porque as famílias assentadas e agricultores familiares dessa região se uniram e reivindicaram, junto às autoridades, uma Escola que atendesse da Educação infantil até os anos finais do Ensino Fundamental. Na luta, a busca foi para que se tivesse uma “boa” qualidade de ensino e os recortes de fala da participante nos permitem fazer tais considerações. O que se tinha naquele contexto era força de luta. Tratou-se de um tempo, relativamente até recente de nossa história, em que era necessário, analisar e buscar mecanismos que pudessem resolver problemas graves como o analfabetismo no campo. FREIRE, (1983), p.30 é bem objetivo quando, referindo-se as classes populares do país, afirma que “Quando o homem compreende sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e com seu trabalho pode criar um mundo próprio: seu eu e suas circunstâncias”.

Quando consideramos os embates no campo, na busca por direitos e cidadania no Assentamento Novo Horizonte, a luta obteve alguns avanços. Na descrição específica aqui, esta permitiu a criação de uma escola que atendesse as demandas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. No entanto para que essa escola funcionasse seria fundamental o transporte escolar para que os estudantes chegassem até a escola. Reforçamos que este é um caso específico de luta iniciado no Assentamento Novo Horizonte e que nos serve de referência de luta por cidadania. Portanto, após todos os embates no campo político, foi sob a Lei de Criação 010/99 de 30/05/99, que a Escola Municipal Terezinha de Jesus Rocha foi criada e com a proposta de atender demandas camponesas, incluindo o assentamento Novo Horizonte, citado neste trabalho.

Trata-se de uma escola ainda ativa, que está localizada à 32 km distante da Cidade de Goiás, no distrito de Buenolândia e inaugurada no mesmo ano, 1999.

Assim como a imagem abaixo nos remete ao seu funcionamento desde a sua implantação.

Figura 1- Escola Municipal Terezinha de Jesus Rocha.



(Fonte: Xavier, M.N.R. em janeiro de 2013)

A fotografia nos permite perceber o seu funcionamento nesses treze anos após sua criação. Sendo assim para organização desse trabalho, ao buscarmos os documentos oficiais da instituição, vimos que no Projeto Político Pedagógico da escola - PPP¹⁷ (2021, p.14) trazem descrições de sua organização, mostram o conjunto de escolas que se juntaram para constituir uma única com número maior de alunos e capaz de atender demandas mais organizadas.

Funcionou por vários anos como Escola Municipal Buenolândia, com salas multisseriadas de 1ª a 4ª Série do Ensino Fundamental. A partir de 2001 a escola se tornou polo, quando foram aglomeradas outras escolas que funcionavam em regime multisseriado na região: Escola Rio Vermelho, no PA Rancho Grande; Escola Municipal Iniciação, no PA Mosquito; Escola São Felipe, no PA São Felipe; Escola Novo Horizonte, que atendia alunos do PA Novo Horizonte e PA Mata do Baú; Escola São João do Monte Alegre, na Comunidade São João do Monte Alegre; Escola Caiapó, do PA São João da Lavrinha. (Gestora da escola do campo)

Conforme o relato acima o prédio onde funcionou a Escola Municipal Buenolândia até o ano de 1998, e posterior a essa data seu prédio faz parte da atual Escola Municipal Terezinha de Jesus Rocha, assim como a confirmação desse depoimento podemos ver na imagem abaixo o prédio reformado, aguardando o retorno as aulas no ano de 2018.

¹⁷ Projeto Político Pedagógico.

Figura 2- Prédio da antiga Escola Municipal de Buenolândia.



(Fonte: SANTOS, R. R.F. E.M.T.J.R, abril de 2018)

A imagem acima demonstra que o prédio da antiga Escola Municipal Buenolândia, continua sendo escola, atualmente faz parte da Escola Municipal Terezinha de Jesus Rocha, que abriga estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental.

Mas como não seria possível uma escola funcionar sem o transporte escolar. Uma vez que a escola estava distante de suas residências. Pois, uma escola constituída por uma comunidade de trabalhadores residentes no Distrito de Buenolândia, nas fazendas, sítios e assentamentos circunvizinhos a escola concentra alunos de todo o seu entorno. Referente a sua delimitação, enquanto instituição de ensino, o Decreto nº 7352, artigo 1º, parágrafo 1º, inciso II, reconhece que “as escolas situadas no meio rural são classificadas como escola do campo”. Portanto, mesmo situada em um distrito com certo grau autonomia, trata-se de uma escola do campo, até pelo tipo de público que ela atende.

Nesse sentido, os recortes e documentos pesquisados vão nos sinalizar como o campo ainda se organiza, como os embates são feitos e qual o grau de envolvimento que os grupos sociais precisam ter em certos embates. Como salienta FREIRE, (2011, p. 115), “Em todas as etapas da descodificação, estarão os homens exteriorizando sua visão de mundo, sua forma de pensá-lo, sua percepção fatalista das “situações limites¹⁸”, sua percepção estática ou dinâmica da realidade.” É sustentado no autor, que a educação em diferentes locais, não só nos espaços de referência desse trabalho, vai se constituindo.

¹⁸ Algo que não podem ultrapassar, esquecendo que tal superação não existe fora da relação homens-mundo.

Nessa junção de forças, de luta, de enfrentamentos que os grupos sociais locais estabelecem e assumem como seu o empreito.

Diante desses desafios da escola do campo, sinalizamos que seu funcionamento, depende do transporte escolar, no transportar alunos e também os profissionais que atuam na escola, uma vez que muitos deles saem da sede do município para lecionarem no campo como já bem descrito, de se recorrer a Política Pública do transporte escolar para que esses sujeitos possam ser contemplados, equalizando assim as oportunidades educacionais previstas na constituição.

O TRANSPORTE ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DO CAMPO EM TEMPOS DE PANDEMIA: DESAFIOS E SOLUÇÕES.

Referente ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE¹⁹, eu diria que esses programas foram fundamentais para que os alunos fossem transportados com dignidade e segurança. Quando iniciou a transporte de alunos para Cidade de Goiás-GO e mesmo depois com a implantação das escolas polos não havia fiscalização, muitos carros sem nenhuma segurança faziam o transporte diário de centenas de alunos, atualmente com mais fiscalização e apoio do PNATE a qualidade do transporte escolar teve melhoras significativas.

Quando consideramos como ponto de partida, o transporte do aluno no campo e como tal demanda se estabeleceu, vale considerar o recorte que sinaliza o seguinte: “*eu diria que esses programas foram fundamentais para que os alunos fossem transportados com dignidade e segurança*”. Assim com a grande quantidade de alunos por rota e a falta de normalização e fiscalização dos transportes, permitiram que muitos dos estudantes passassem por períodos em que corriam riscos por falta de espaço que coubessem todos os estudantes. Conforme elucida a imagem 3 abaixo.

¹⁹ O Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) foi instituído pela Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, durante o governo Lula.

Figura 3- A falta de segurança no transporte em 2003.



(Fonte: Arquivo da Escola MUL.T.J.R,2003)

A imagem acima compõe o acervo de arquivo da escola, e nos mostra claramente o dilema vivenciado por esses alunos nos primeiros anos de funcionamento da escola M.T.J.R. Nesse período os estudantes se amontoam para que pudessem se acomodar dentro do transporte e assim irem para a escola. Tal acontecimento, ocorreu por alguns anos, pois a imagem abaixo nos permite ver alunos de pé dentro do transporte escolar e ainda sobre o motor da Kombi, no qual os alunos chamavam tal espaço de “chiqueirinho”.

Figura 4- Super lotação no transporte escolar 2003.



(Fonte: Arquivo da Escola Mul.T.J.R,2003)

As imagens mostradas acima faz nos sentir e considerar o contexto em que tais realidades foram vividas e o recorte a seguir nos elucida um pouco disso ao se afirmar que *“com a implantação das escolas polos não havia fiscalização, muitos carros sem*

nenhuma segurança faziam o transporte diário de centenas de alunos”. Portanto, devemos admitir que houve uma evolução no serviço público prestado nesse sentido e não podemos deixar de sinalizar isso aqui. Que atualmente nosso município possui uma frota nova de transporte escolar. Porém, narrativa do motorista do transporte do campo afirma que *“ainda contamos com transportes tercerizados as Kombis e esse é o nosso grande desafio, manter os alunos obedecendo o distanciamento, uso de máscara contínuo e o cronograma alternados para os alunos de rota de Kombi”*. Percebemos nesse contexto, que a qualidade do transporte ainda poderá ter mais qualidade. No entanto, não podemos deixar de mensurar aqui assim a evolução do transporte escolar nos últimos anos. Assim como podemos ver na imagem abaixo, o transporte novo fazendo a rota na entrega dos blocos de atividades durante o período de pandemia. Nesse ínterim, entendemos que a expressão de alegria com que as famílias entregam o bloco com as atividades realizadas e recebem os novos blocos de atividades para a próxima quinzena, era de satisfação uma vez isoladas pela pandemia. Durante o percurso feito, pudemos perceber essas atitudes dos que entregavam e recebiam as atividades. A imagem abaixo nos faz perceber tal afirmação.

Figura 5- Transporte Escolar em 2021.



(Fonte: Arquivo pessoal, Rota 51, abril de 2021)

A imagem acima, trata-se da força dos movimentos sociais na luta diária de melhores condições de vida, políticas públicas dentre elas faz parte a educação que chegaram ao público alvo, a partir de um governo que buscou atender essas demandas sociais. No entanto, a eficiência desse sistema foi o que permitiu assistir esses alunos, como já sinalizamos inicialmente na introdução desse trabalho. Quando pegamos o recorte *“No período da pandemia e com a suspensão das aulas presenciais nosso maior desafio foi dinamizar o transporte de modo que pudesse atender os alunos com maiores*

dificuldades de acesso”, isso nos mostra o quanto o transporte escolar eficiente é determinante na escola campesina. Percorrer toda a rota a cada quinzena para entregar novos blocos de atividades e recolher as atividades da quinzena anterior mostrou-se o zelo e a preocupação com os alunos que estavam isolados e sem acesso a escola. Vale ressaltar que para dar início a esse atendimento a coordenação pedagógica juntamente com o gestor da escola utilizaram dos contatos disponibilizados pelos responsáveis, no período da matrícula para orientarem de como seriam o formato das aulas nesse período de pandemia. As orientações foram feitas aos pais e ou responsáveis e alunos por meio de ligações telefônicas, plataformas digitais e até mesmo por bilhete conforme afirma mãe de um aluno. *“Quando veio a pandemia e a escola fechou ficamos sem saber o que seria do letivo dos estudantes, mais depois de alguns dias recebemos um bilhete informando que as aulas retornariam de um modo diferente. No bilhete explicava que o transporte escolar entregaria as atividades impressas nos pontos e que os professores estariam disponíveis no mesmo horário das aulas presenciais para tirar dúvidas pelo WhatsApp.”* A partir desta narrativa percebemos que em meio a pandemia, a entrega dos materiais impressos. Mas para isso foi necessário que as orientações fossem seguidas a risca, com o uso de máscara, álcool gel nas mãos pela equipe da escola e transportador, assim como o distanciamento, tanto dentro como fora do transporte escolar. Tais cuidados foram tomados para que não houvesse a disseminação do vírus da covid-19.

Tais cuidados podem ser percebidos na fotografia abaixo,

Figura 6- O transporte escolar e a entrega dos blocos de atividade em 2021.



(Fonte: Fonte: Xavier, M.N.R. Rota 51, 20/04/2021)

Assim como na imagem acima nos permite perceber a satisfação dos pais na desenvoltura deste trabalho feito com o apoio e logística do transporte escolar no período da pandemia. Perceber isso é importante, quando atentamos ao fato de que no “*retorno*

das aulas presenciais foram necessárias várias medidas para atendermos aos protocolos de segurança sobretudo dentro do transporte escolar” o retorno só foi possível mediante um sistema que oferecesse condições mínimas de cuidado com o aluno transportado e retido nesses transportes, até por horas seguidas.

A NOVA DINÂMICA IMPOSTA PELA PANDEMIA DO COVID-19

Portanto, buscando entender como se construiu uma dinâmica de emergência na pandemia do Covid-19, a luta para que alguma forma de acesso a educação ocorresse, ficou evidente em diferentes documentos oficiais. Nesse desafio, desde órgãos e agências de amplitude internacional, até as secretarias municipais como a de Goiás – GO, foco dessa discussão, as circunstâncias imposta pela covid-19 exigiu ajustes e redesenhos do que já existia e funcionava. Nesse caminho, assegurar, mesmo que remotamente, o ensino tornou-se o desafio. Quando consideramos que o empreito foi complexo porque envolve alunos, professores gestores e famílias, A fala de Freire (2020, p.94) nos inspira a considerar que,

Na verdade, não me é possível separar o que há em mim de profissional do que venho sendo como homem. Do que estava sendo como menino no Recife, nascido na década de 20, em família de classe média, acossada pela crise de 29. Menino cedo desafiado pelas injustiças sociais como cedo tomando-se de raiva contra preconceitos raciais e de classe a que juntaria mais tarde outra raiva, a raiva dos preconceitos em torno do sexo e da mulher.

Diante da fala do autor, consideremos que a educação é a concessão de autoridade para o mundo, não só por falar sobre o mundo, mas também e sobretudo por dialogar com ele. Diante da covid 19, precisava manter os alunos conectados com esse mundo, sendo desafio da escola não segregá-los. Logo, a luta seria evitar colapsos e agravamentos de problemas já existentes. Localmente, isso foi possível devido o respaldo do Conselho Estadual de Educação (CEE/GO), que se posicionou a favor da continuidade das atividades escolares. As orientações foram as seguintes:

O Conselho Estadual de Educação (CEE/GO) no uso de suas atribuições legais e regimentais, com base na Lei Complementar n. 26/98, no Decreto n. 9833/2020 e na Nota Técnica da Secretaria de Estado da Saúde n. 08/2020 que recomenda a suspensão das atividades presenciais em escolas até 31/07/2020, nas Notas Públicas 01 e 02/2020 deste Conselho e tendo em vista o plano de contingência e adoção de medidas com o objetivo de reduzir os riscos de contágio e de disseminação da COVID-19. Considerando o contexto de excepcionalidade impressa no cenário imposto pela pandemia da COVID-19, bem como a necessidade de zelar e cuidar da vida de

todos(as) os membros da comunidade escolar e, paralelamente, manter ativo e operante o Sistema Educativo do Estado de Goiás. Considerando a relevância do Regime Especial de Aulas não Presenciais (REANP) para manutenção do ano letivo de 2020 e compreendendo-o como o pilar que sustenta as atividades educacionais ao mesmo tempo em que preserva a vida humana. Considerando a competência da Secretaria de Estado da Saúde e/ou demais autoridades sanitárias de deliberar sobre o momento oportuno para o retorno às aulas presenciais. (CEE/CP N. 15, de 10 de agosto de 2020)

Nesse mesmo caminho de orientação, a normativa do Conselho Estadual de Educação de Goiás (CEE/CP N. 15, de 10 de agosto de 2020) trouxe as seguintes normativas,

Estabelece normas para realização de avaliações, para integralização da carga horária executada durante o Regime Especial de Aulas não Presenciais no âmbito da Educação Básica e dá outras providências.

O documento, em seu artigo 1, trouxe orientações das seguintes normativas,

Art. 1º – Autorizar as instituições de ensino de Educação Básica, inclusive a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, a manterem o Regime Especial de Aulas não Presenciais e/ou presenciais mediadas por tecnologia – REANP⁶, até o dia 19 de dezembro de 2020.

No município de Goiás - GO, a Secretaria Municipal de Educação (SME), compreendeu que o ensino remoto não substituíra o presencial, porém, empenhou-se para minimizar os danos causados pela suspensão das aulas. Entendeu que o afastamento do ambiente escolar agravaria problemas e que precisava-se traçar mecanismos e meios de ação a fim de amenizar distância e viabilizar processos de ensino e aprendizagem, mesmo que limitados. Contudo, os primeiros passos pareciam difíceis. O desafio foi como elaborar uma atividade que atendesse as normativas do Conselho Estadual de Educação do estado de Goiás e, principalmente, as especificidades dos alunos da rede municipal de ensino de Goiás - GO.

O Regime Especial de Aulas Não Presenciais, no qual o Governo do Estado chama de “REANP”, permite a possibilidade de ensino e aprendizagem que são executadas não exclusivamente por meios digitais, indicando a necessidade de se manter e reforçar a interação do professor com os alunos e entre os alunos, ou seja, por meio do uso de tecnologias as atividades escolares que se desenvolveu-se fora do ambiente escolar neste período, popularmente chamado de “ensino remoto”. Mas, se compararmos a realidade do alunado das escolas urbanas com os do campo, compreendemos que um tem acesso as aulas online com mais facilidade, e outros dependem de um esforço maior para

ter esse acesso. O município de Goiás- GO possui quatro escolas polos²⁰ do campo e mediante a realidade, as soluções educacionais precisaram ir para além de ferramentas digitais e que atendessem a todos os alunos campesinos. Nisso, as atividades impressas, além de aulas por meio do *Google Meet*, nos mesmos horários que haveria aulas presenciais foram também adotadas por toda a rede municipal. Assim, o comprometimento de elaboração dos “*Blocos Quinzenais Unificados*” – material impresso, ficaram na responsabilidade de todos os professores da rede, levando em consideração as séries que estão moduladas, cuja orientação e supervisão fica a cargo da SME. Com isso, cada escola pode atender suas especificidades.

Mas, nessa busca por ajustes, alguma questões sérias e graves, no campo social, tornaram-se evidentes. Foi comum perceber o baixo grau de formação de pais em relação aos de seus filhos, ou mesmo a forma limitada como conseguem e podem participar e acompanhar a vida estudantil de suas crianças, no que se refere aos conteúdos escolares trabalhados. Nesse sentido, o recorte de fala de uma professora, que entregou materiais impresso nas residências do campo periodicamente, nos trazem sentido ao debate e a essas afirmativas. Ela afirma que,

A mãe ressaltou o quanto está sendo importante as atividades impressas, mas disse haver dificuldades em acompanhar os estudos de dois dos seus filhos. Relata que não consegue ajudar os filhos. A mais velha cursa o nono ano, o outro cursa o sétimo, aos filhos mais velhos, ela diz que não consegue ajudar, pois seus estudos não permitem. Ainda, não possuem internet em casa para que os filhos possam assistir as aulas pelo Google Meet, ou chamadas da vídeo- aula para tirar as dúvidas das atividades com os professores durante os períodos de aulas online. Sorrindo ela diz que com a filha menor é possível acompanhar nos estudos, pois atividades do terceiro ano é fácil acompanhar. As do 9º é bem difícil, já que não tem disponível a internet em casa para fazer pesquisas, procurar vídeos e compreender o que está pedindo. Com isso, muitas dessas atividades são devolvidas sem ser realizadas por não se conseguir acompanhar a filha. (família residente as margens do Rio Índio Goiás – GO - Rota: 50 - Pastor Jorge/ Lavrinha/Rancho Grande/Barra, condutor Alex Ribeiro. (Professora e mãe de aluno da escola básica do campo).

A narrativa mostra-nos uma realidade comum entre famílias do campo e seus filhos na escola, expõe o difícil envolvimento no processo educacional dos filhos, como nos permite considerar os documentos da UNESCO (2002). Se por um lado tais realidades dificultam a forma como o processo educativo organizou-se no ensino remoto para o

²⁰ As escolas Polos são, Escola Municipal Holanda, Escola Municipal Olímpya Angélica de Lima, Escola Municipal Terezinha de Jesus Rocha e Escola Municipal Vale do Amanhecer.

campo, o mesmo mostra-nos as subjetividades campesinas e o difícil auxílio de pais em relação a seus filhos. Se de um dia para o outro professores e gestores da educação tiveram que repensar estratégias, criarem mecanismos que atendessem sua clientela, a realidade doméstica entre pais e filhos também exigiu ajustes.

Nisso, é importante reafirmarmos que às injustiças contra as quais Freire (2020) se debatia desde a adolescência, como questões de classe, de raça, de gênero, dentre outras, as lutas dos grupos sociais, o que vemos é que hoje, mediante a pandemia, o mundo fica atravessado por uma desafio de não deixar vícios históricos permanecerem e esse empreito está em casa, inclusive na relação pais e filhos e o auxílio indispensável que a educação, em tempos de pandemia exigiu.

Houve a incumbência de executar as atividades elaboradas pela escola com os filhos. Se para a escola, que é uma instituição “provida de recursos”, questões que asseguram sua estrutura e funcionamento, a realidade da pandemia foi impactante, os pais em casa estavam desprovidos, tanto de recursos financeiros quanto pedagógicos. Inclui-se aí tanto o acesso, quanto a habilidade em manuseio as mídias digitais, como bem nos permitem considerar os documentos da UNESCO (2002). Resta-nos ainda, salientar as limitações dos pais no auxílio aos seus filhos.

Ensinar a distância é democratizar o saber como bem salienta Freire (1997). Mas, até que ponto pode-se chamar de “democratização” o uso de novas tecnologias, uma vez que nem todos podem ter acesso a essas ou tem formação para isso? Logo, o uso das tecnologias no processo de alfabetização são válidos, mas em que condições? A pandemia nos permitiu adentrar ao novo modelo de sala de aula, por uma plataforma digital, como o *Moodle*, o *Zoom*, *Meet* e o *Classroom*, no campo as coisas não tiveram o mesmo ajuste por falta de condições reais. Portanto, o empreito dos professores do Município de Goiás/GO, não foi estar diante de uma câmera e gravar as aulas somente. Havia os que não acessariam as mídias.

Ainda, quando consideramos o professor, diante da nova realidade imposta pelo novo Coronavírus, pode se dizer que a educação viveu um processo de re(adequação), pois em um curto período, teve-se que adaptar o processo a uma nova realidade de ensino. Um exemplo disso é que o período de permanência em sala de aula deixa de ser medido pelas horas/aula ou turno de trabalho. Observou-se que as residências se transformaram em sala de aula e um novo desenho para educar teve que ser feito às pressas e não havia tempo sequer para se planejar muito. Foi um processo de acerto e erro

que esperávamos encerrar em alguns meses e que se perpetuou por quase dois anos.

Enquanto isso, os horrores de uma nação foi configurado. Consideremos que queimamos a maior floresta tropical que existe como nunca antes, vimos os tetos de gastos sabotados na saúde e na ciência e temos assistido a morte de quase 620 mil brasileiros. Mediante a isso, podemos considerar que o legado freiriano nos ajuda compreender as estratégias de opressão a que estamos sendo submetidos. Em resposta a isso, consideremos que,

Somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor, e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua “convivência” com o regime opressor. Se esta descoberta não pode ser feita em nível puramente intelectual, mas da ação, o que nos parece fundamental é que esta ação não se cinja a mero ativismo, mas esteja associada a sério empenho de reflexão, para que seja práxis. (FREIRE, 2020, p. 58).

As considerações do autor são facilmente evidenciadas na educação do campo e seu desafio. Nesse sentido, o recorte de fala de professores sujeitos desse trabalho, nos mostram como tais dinâmicas existem e como se luta contra tais mecanismos. Falamos aqui da forma como o público do campo recebeu e lidou com as dinâmicas do ensino remoto. Nesse sentido,

Os relatos mais frequentes dos professores, são a qualidade do sinal de internet dos alunos e até mesmo dos professores. Os alunos reclamam que seus aparelhos não suportam a quantidade de materiais pedagógicos. O que se houve é: Tia meu celular Bugou. logo, os professores tendem que se adaptar à realidade, assim como os estudantes e suas famílias. (Gestora da escola do campo).

No recorte de fala dessa outra educadora, ela afirma que,

A Comunidade escolar organizou-se para lidar com os obstáculos. Além dos blocos de atividades quinzenais, temos dois grupos de WhatsApp, um para a série especificado aluno e um exclusivo para os professores. O horário designado para atendimento dos alunos pré definido no início das aulas no modelo REANP, seria o mesmo das aulas presenciais.” (Professora e mãe na escola do campo).

Vale salientar que o trabalho, antes realizado somente em dias úteis na escola, no período de pandemia se transformou e estendeu-se para fins de semana. Residências converteram-se em extensão da sala de aula, sobretudo os equipamentos eletrônicos. O que antes era de uso exclusivo da família, agora são usados para gravar e editar vídeos para os alunos. Nisso, de acordo com Almeida (2020, p. 18),

Pais tiveram muitos problemas. Professores tiveram muitos problemas. Alunos tiveram muitos problemas. Todos aqueles atores do processo educativo que tanto resistiram à mudança, precisaram experimentá-la. E, é claro, como não havia nenhum preparo anterior, a ação, emergencialmente composta para garantir o envolvimento do aluno com os conteúdos, não poderia ter dado 100% certo. Falo do ensino remoto.

Podemos destacar que a rotina do novo modelo de trabalho impactou não apenas o dia a dia do professor, alterou também a organização da rotina familiar. Considerados espaços e ambientes disponíveis foram transformados, horas de descanso foram utilizadas para orientar alunos e ou conversar com as famílias, retirando dúvidas e ou se fazendo reuniões de trabalho. Com isso, diante da nova realidade, um novo processo de organização da escola e de escolarização precisou ser pensado.

O ocorrido foi que o dia a dia na sala de aula, o contato direto com alunos e colegas de trabalho, migrou por completo para os meios digitais, forçando aprendizados, trazendo também avanços. Concordando com nossa afirmativa, Avrella e Cerutti (2018) salientam que essa modalidade pôde unir o melhor da aula tradicional, com algum tipo de tecnologia. Para os autores, o desafio é de que forma ele pode ser inserido no contexto escolar gradativamente, respeitando o tempo das pessoas envolvidas neste processo.

Portanto, nesse novo contexto de desafio inesperado, a escola e os professores se viram diante da necessidade de adaptação e (re)organização. Mas, é valoroso reconhecer que o atendimento em domicílio, por meio digital, na prática se configurou em perda de privacidade e horas extenuantes de trabalho, incluindo feriados e finais de semana antes respeitados. Nesse sentido, vale considerar o que Bacich; Neto; Tanzi Trevisani, (2015) salientam. Para os autores, o ritmo de cada estudante é personalizado, e o professor precisa ficar à disposição para esclarecer dúvidas. Esse modelo, apesar de ser considerado uma possibilidade metodológica, é tido como disruptivo e propõe uma organização de escola que não é comum no Brasil e que a pandemia forçou existir, devido algumas dinâmicas adotadas e a contextos específicos.

Pelo descrito, pensar em educação e em políticas públicas para um país de proporções continentais como o Brasil é e sempre foi, sem dúvida, uma tarefa complexa. Se já não nos bastasse os desafios históricos, a educação ao longo de 2020/2021 foi obrigada a ser pensada e organizada, conforme a realidade de cada município. Esclarecemos que, desse mesmo modo, o município de Goiás, logo após a suspensão das aulas presenciais em março de 2020, buscou uma reorganização do processo ensino aprendizagem, mas como demais lugares do país, não tinha condição de atender

demandas como as descritas nessa discussão. Isso porque trata-se de demandas específicas de uma realidade camponesa, sempre vista como segundo plano pelas políticas educacionais do Brasil, não sendo diferente, localmente. Como ocorre a considerado tempo, o desafio sobreveio ao professor. A narrativa de uma professora da rede municipal mostra como se deu o processo em sua concepção,

De modo algum posso dizer que foi uma tarefa simples, os professores foram se organizando de acordo com as orientações recebidas dos gestores e fomos pensando em metodologias, discutindo entre cada escola as suas especificidades. Inicialmente, criamos um grupo de WhatsApp com pais e alunos para que fossem sendo informados de como seriam as atividades. A primeira ferramenta que utilizamos ao adentrar no momento de suspensão das aulas presenciais foi o livro didático, entregue aos alunos do campo no início do ano letivo. Assim, com o auxílio das mídias digitais, íamos orientando nossos alunos a resolverem as atividades. Com o passar dos dias fomos percebendo que não conseguíamos alcançar a todos de forma a incluí-los no processo de ensino aprendizagem. Foi a partir desses questionamentos, dos professores, que fomos traçando metodologias a fim de que todos os alunos camponeses fossem contemplados permitindo uma equidade no processo de ensino educacional. Mas, pensar em uma logística para atender tanto os alunos do campo quanto os da cidade, foi necessário um esforço do poder público municipal, dos gestores escolares em parceria com os professores. Possivelmente, mas posterior a muitas discussões sobre a estratégia mais eficiente que abrangesse todos os alunos da rede. Nisso, a Secretaria Municipal de Educação de Goiás-GO, optou pela elaboração de blocos de atividades unificadas abrangendo da educação infantil à segunda fase do Ensino Fundamental II. (Gestora da escola básica do campo).

Pelo descrito no recorte de fala, a preocupação foi no atender a todos os estudantes, com ou sem o acesso a internet. Mediante tamanho desafio a proposta metodológica mais viável e que conseguia contemplar a todos os alunos da rede, foram os blocos de atividades unificadas. Esta, teve uma boa aceitação, tanto pelos alunos quanto pelos familiares, embora limitações tenham sido evidenciadas e já descritas. Nesse caminho, Freire, na década de 70, ao contribuir para o debate de uso das tecnologias, nos salienta que.

A pedagogia é um modo de pensar, de negociar e de transformar a relação entre o ensino em sala de aula, a produção do conhecimento, as estruturas institucionais da escola e as relações sociais e materiais da comunidade mais ampla, da sociedade e do estado-nação. É fato que a obra freiriana foi referência marcante à época, no panorama instrumento de transformação e evolução na área educacional, posiciona-se de forma crítica e responsável, assegurando que: o desenvolvimento tecnológico deve ser uma das preocupações do projeto revolucionário. Seria simplismo atribuir a responsabilidade por esses desvios à tecnologia em si mesmo. Seria uma outra espécie de irracionalismo, o

de conceber a tecnologia como uma entidade demoníaca acima dos seres humanos. Vista criticamente, a tecnologia não é outra coisa senão a expressão natural do processo criador que os seres humanos se engajam no momento em que forjam o seu primeiro instrumento com que melhor transformam o mundo (FREIRE, 1997, p. 83).

Nessa linha de conhecimento, podemos afirmar que as aulas em modo REANP, trouxeram experiências positivas, mas também mostraram as limitações das famílias, no auxiliar os filhos ou no difícil ou inexistente acesso a internet. Houve casos que se mostrou como algo do qual não haveria como intervir a curto prazo. Quando se adotou os blocos de atividades unificados, o desafio foi não permitir que a exclusão mais uma vez se configurasse. Na dinâmica montada, os blocos passaram a ser elaborados para um período de quinze dias e recolhidos nas residências do campo, onde residem os alunos, um complexo trabalho feito pela equipe de gestores, professores e motoristas do transporte escolar.

A estratégia adotada para a elaboração dos mesmos foi o sistema de rodízio, no qual professores foram divididos de acordo com a série em que atuam. A cada quinzena, de três a quatro professores da rede, entraram na escala do planejamento e puderam atuar. Tal organização se fez necessária para que todos os professores pudessem contribuir na elaboração dos blocos. O município organizou um material único por séries. Logo, pelas observações e acompanhamentos feitos, após serem elaborados, cada unidade escolar teve a liberdade de fazer as adequações para que as atividades estivessem de acordo com a realidade do seu alunado, esses ajustes foram observadas, sobretudo, pensando nas peculiaridades dos alunos camponeses. A impressão do material ficou a cargo de cada unidade escolar, ficando sob a responsabilidade da coordenação pedagógica.

Para os alunos que residem no meio urbano, o recebimento e devolutiva dos blocos ficam sob responsabilidade da família, já para alunos do campo, foi necessário uma dinâmica mais complexa, pois envolveu tanto a família quanto o transporte escolar. Os blocos foram separados, de acordo com as rotas dos transporte escolar e entregue aos motoristas das mesmas, que já iam ao campo. Agora estariam com a função de fazer a distribuição de novas atividades e recolher as atividades anteriores, normalmente acompanhados por gestores e professores.

O percebido foi que o papel executado pelos pontos de apoio foi de fundamental importância para continuidade e êxito do ensino remoto no município de Goiás/GO. Os pontos de apoio se constituem em locais onde as famílias deixam as atividades que serão

recolhidas pelos motoristas do transporte escolar, hábitos bem comum aos grupos do campo na região. Cabe ressaltar que essas entregas e devolutivas não aconteceram aleatoriamente. Isso porque as datas e horários foram previamente estabelecidas pelas unidades escolares, que mantém um grupo de WhatsApp, criado pela equipe pedagógica, para ser o canal de comunicação com as famílias. Porém, no caso de alunos sem acesso a sinal de internet, as informações são repassadas pelo gestor e coordenadora pedagógica, por meio de ligações telefônicas diretamente para os responsáveis, ou mesmo por bilhetes encaminhados por conhecidos ou vizinhos dos alunos. Assim como discorre a narrativa abaixo,

Depois de algum tempo e quilômetros rodados chegamos a um local conhecido na região como “Areal”, nesse local existem várias dragas²¹. Deixamos as atividades de dois alunos na residência que serve de apoio próxima a draga. Não podemos deixar de salientar que o areal é de suma importância tanto financeira²² quanto como ponto de apoio, pois quinzenalmente as atividades são deixadas com um morador que reside e trabalha neste local. (mãe e professora da escola do campo)

Pela descrição, a nova dinâmica da educação imposta pelo novo Coronavírus alterou profundamente o cotidiano e a prática metodológica de professores e transportadores que atuam nas escolas do campo, assim como de pais e de filhos no município. Reconhecemos que isso deixa um legado e um aprendizado, como bem considera Freire (1997). Mas, reconhecemos que atender, pelas plataformas digitais, alunos residentes no meio urbano já não se constitui uma tarefa simples. Quando consideramos o alcançar dos alunos do meio rural, a demanda exigiu um considerado esforço e os meios digitais sozinhos não foram suficientes. Uma dessas subjetividades pode ser observada no fragmento de fala a seguir,

Nós passamos a estar disponível a maior parte do dia e por vezes entrar noite adentro, pois as vezes acontece do turno de trabalho não ser compatível com a disponibilidade do nosso aluno. Nossa clientela, possui características peculiares inerentes ao cotidiano do campo. Os fatores considerados incompatíveis são os mais variados possíveis, pois ainda temos famílias que não tem sinal de internet e algumas nem possui aparelho celular.” (Gestora da escola do campo)

Analisando o contexto da educação e do trabalho realizado a distância no

²¹Máquina que serve para tirar do fundo dos rios, mares, lagos, canais etc., depósitos e entulhos que aí se formam.

²² Trabalho que gera renda do qual várias famílias em torno do areal tiram o seu sustento.

campo, no município de Goiás - GO, cabe aqui destacar a disparidade entre o atendimento individualizado, no qual ressaltamos que em alguns casos foi necessário entender e desenvolver as atividades conforme a disponibilidade do aluno. No entanto, o professor precisou estar atento, no cumprir de protocolos de prazos pré estabelecidos, como a entregas de relatórios, correção de blocos, para a devolutiva aos alunos e familiares a cada quinzena, envio de notas para concluir fechamentos bimestrais, dentre outros.

Foi diante desse desafio de se chegar o mais perto possível desses alunos, que o município, como outro no país, colocou sua frota de ônibus e trabalhadores motoristas dos transporte do campo em ação. Houve aí uma busca por rápido ajuste desses serviços e o acesso ao aluno ocorreu gradativamente e de forma até efetiva. Quando consideramos tais movimentos, a dinâmica nova trouxe para a escola, não podemos esquecer que sem o transporte escolar não seria possível um conhecimento mais aprimorado da realidade da comunidade escolar, do saber dos pais e da limitação com que as famílias lidam na formação de seus filhos.

A POLÍTICA FEDERAL DO TRANSPORTE ESCOLAR NO BRASIL: UM BREVE HISTÓRICO

Foram tempos difíceis há 18 anos atrás. Minha filha estudou na Barra um ano, conhecida como Buenolândia. Nessa época o transporte era feito em caminhonetes, tinha uma lona por cima, algumas tábuas que serviam de bancos para as crianças/ alunos se acomodarem melhor. A gente deixava os filhos irem com o coração apertado e só iam porque não tínhamos outra alternativa, mas os filhos saíam e a gente ficava em casa aguardando o retorno e pedindo a Deus para que os trouxessem bem para a casa. No ano seguinte, transferi ela para a cidade, na busca de diminuir a dificuldade de chegar até a escola, pois ela era muito pequeninha. Mas durou pouco, pois a transferência para a cidade fez com que complicasse mais ainda, pois ela saía muito cedo e chegava muito tarde, pois eram muitos os alunos e com as paradas em cada ponto era necessário sair mais cedo para chegar no horário na escola. E já nos primeiros meses de aula mais imprevistos. Uma das pontes (conhecida como ponte do Resende) que o transporte escolar passava para pegar minha filha quebrou (rodou com a enchente), mais ou menos uns 3km, então era preciso que ela se deslocasse de casa até o local combinado em que o ônibus conseguia chegar, pois o ônibus já não passava na minha porta mais, ela precisava ir a pé, pois não tínhamos nenhum meio de condução para auxiliar nessa jornada. Ela saía muito cedo de casa por volta das 10 da manhã, e só retorna lá pelas sete e meia oito horas da noite, isso em dias normais, quando atolava ou estragava chegavam mais tarde ainda. Como ela chegava a noite meu esposo buscava ela de lá dessa ponte todos os dias, de bicicleta porque nessa época não tinha carro e nem moto, nem nós e nem os vizinhos. Era muito difícil para ela continuar os estudos, mas

surgiu uma regra que estudantes que estavam matriculados até o nono ano seria transportado para a Barra, e para a cidade somente os alunos que estavam no Ensino Médio. Diante desse restrição, optamos em continuar na escola Santa Bárbara na cidade de Goiás. Então tomei uma decisão, minha filha foi morar com a tia na cidade, foi difícil abrir mão da filha em casa, para que ela pudesse estudar, mas não via outra saída, pois nos dias de chuva era mais complicado, ter que busca-la todo dia era muito cansativo. (mãe de aluno da Rota 51)

Nosso desafio nesse trabalho, como bem já descrito, é trazer um pouco de como alguns desenhos se fizeram historicamente. Quando nos propomos desenhar o hoje, o ontem toma mais sentido e dá a cor de tudo aquilo que já foi conquistado no campo e para o aluno do campo. Quando nos deparamos com o recorte “*A gente deixava os filhos irem como o coração apertado e só iam porque não tínhamos outra alternativa, mas os filhos saíam e a gente ficava em casa aguardando o retorno e pedindo a Deus para que os trouxessem bem para a casa*”, o sentido de toda uma vida e luta travada, nos faz perceber que avançamos. Consideremos o recorte de fala “*o ônibus já não passava na minha porta mais, ela precisava ir a pé, pois não tínhamos nenhum meio de condução para auxiliar nessa jornada. Ela saía muita cedo de casa por volta das 10 da manhã, e só retorna lá pelas sete e meia oito horas da noite*”, o que vemos aí é uma busca comprometida em não deixar filhos sem um processo de aprendizado educacional formal, a que custo for.

Quando recorremos a fala de nossa participante para introduzir esse tópico, seu recorte nos dá um desenho de um breve histórico desse processo no Brasil. Assim, na busca por avançar nas descrições do sistema de transporte no campo, o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE), instituído pela Lei nº 10.880/04, foi criado com “o objetivo de garantir o acesso e a permanência nos estabelecimentos escolares dos alunos do ensino fundamental público, quando residentes em área rural que utilizem transporte escolar” (BRASIL, 2011, p. 1).

Assim como o documento, em seu Art. 208, assegura aos cidadãos da escola pública o direito ao transporte escolar, como forma de auxílio de acesso à educação. Ainda, a Lei nº 9.394/96, mais conhecida como, LDB²³, no qual prevê o direito do aluno utilizar-se do transporte escolar, sendo esta uma obrigação de estados e municípios, conforme transcrição abaixo:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

²³ Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009).

Pelo descrito na lei, está assegurado o direito e acesso à educação em todas as etapas da educação básica, e a mesma coloca sob responsabilidade dos municípios, o transporte escolar para esses alunos matriculados nas redes públicas de educação, cabendo a sociedade fiscalizar, se o compromisso para com o aluno está sendo cumprido, uma vez que o transporte deve ser gratuito e custeado por verbas federais repassadas as duas instâncias responsáveis. Ressaltamos que tal obrigatoriedade tem a ver com a busca pelo cumprimento da “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”, como assegura a Constituição da República, (1988). Nesse sentido, o município de Goiás – GO nos será referência para a tessitura dessa discussão, no qual abrimos um espaço nesse trabalho, as portas de 2022 e arrazoar que vivemos tempos que precisamos de auto consciência, de reconhecimento de um governo que inicia-se com o intuito de não mais reconhecer direitos das minorias do país. De conquistas e políticas antes consolidadas agora não mais em vigor ou ativas. Logo, ao percorrermos um pouco da história da educação do campo, não podemos esquecer do programa de transporte escolar contemporâneo criado no âmbito federal, no governo Lula, denominado de “O Caminho da Escola”. Tal programa foi instituído pela Resolução nº 3, de 28 de março de 2007.

O programa citado foi estabelecido com o propósito de oportunizar melhores condições de deslocamento dos estudantes no trajeto casa-escola, escola-casa e garantia do acesso e permanência no sistema escolar. Foi exatamente nesse movimento, iniciado em 2007, que a escola do campo teve um de seus maiores investimentos. Podemos compreender o que os alunos camponeses enfrentam especificidades em seu percurso de casa até a escola e da escola até em casa, principalmente em determinadas épocas. A época das chuvas é sempre um motivo de preocupação para as famílias, uma vez que poderá encontrar no percurso uma série de obstáculos conforme demonstramos um desses problemas na imagem a seguir.

Figura 7- O transporte escolar: e as estradas alagadas na Rota 51, em 2021.



Fonte: Xavier, M.N.R. Rota 51, 20/04/2021).

A imagem acima nos permite compreender que houve uma preocupação em investir em transporte especializado para o campo, com ônibus com tração nas quatro rodas, com sistema mais elevado para áreas com risco de alagamentos, um investimento histórico que marcou e avançou para um novo patamar, o transporte campesino para estudantes. Quando observamos o recorte de fala dessa participante isso fica evidente. Ela diz,

Hoje meu filho está com 11 anos, quando ele começou estudar na Educação Infantil na escola Terezinha de Jesus ali na Barra, era difícil viu, ele ia de Kombi. A Kombi transportava entre 16 e 17 alunos, eram cheia muito apertado, os estudantes chegavam suados e reclamando do calor dentro do transporte escolar. Meu filho era um dos alunos que ia dentro do “chiqueirinho” (assim eles chamavam a parte traseira sobre o motor da Kombi) e nesse espaços sempre andavam os menores. Depois essa Kombi saiu entrou outro transporte um micro-ônibus mais espaçoso, só que era velho e quebrava muito, mas hoje em dia está bem melhor. Se o transporte é mais novinho não tem a necessidade de sair muito cedo, as refeições podem ser feitas mais na hora certinha, não vai ficar com muito calor para sentir-se cansado quando chegar na escola. O transporte novinho favorece bastante no aprendizado dele. Pois o transtorno e os ricos serão mínimos. Em vista dos tempos passados agora está bom, está ótimo, estou contente/alegre. Pois nossos pedidos foram atendidos, e hoje o transporte que meu filho vai para a escola é novinho. Meu filho fica em média 3 horas dentro do transporte escolar, cerca de uma hora e meia na ida e uma hora e meia na volta. Se não acontecer nenhum imprevisto. Mas hoje é melhor porque meu filho tem um horário de saída e chegada em casa. Alguns anos atrás meu filho teve problemas no transporte escolar. Esse ano ele não reclamou de nada ainda não, até porque a maioria dos colegas que utilizam o transporte escolar a família optou pelas aulas online. Então ele está indo tranquilo no ônibus. (mãe de aluno da Rota 51)

Nosso desafio é mostrar um recorte de um tempo difícil. O fragmento de fala

da participante vem ao encontro desse entendimento. Ela afirma que *“A Kombi transportava entre 16 e 17 alunos, eram cheia muito apertado, os estudantes chegavam suados e reclamando do calor dentro do transporte escolar”*.

Nisso, consideremos o nível de aprendizado que se efetivava com um aluno cansado. Foram as novas políticas estabelecidas que permitiram novos tempo. Nesse sentido a participante afirma que *“hoje em dia está bem melhor. Se o transporte é mais novinho não tem a necessidade de sair muito cedo, as refeições podem ser feitas mais na hora certinha, não vai ficar com muito calor para sentir-se cansado quando chegar na escola”*. Se a luta foi intensa, a efetivação de políticas veio cumprir seu papel de dignidade, de direito à cidadania. Em sua fala ela amplia *“Em vista dos tempos passados agora está bom, está ótimo, estou contente/alegre. Pois nossos pedidos foram atendidos, e hoje o transporte que meu filho vai para a escola é novinho. Meu filho fica em média 3 horas dentro do transporte escolar, cerca de uma hora e meia na ida e uma hora e meia na volta”*. Podemos compreender a fala desta participante ao analisarmos a imagem a seguir.

Figura 8- A dura realidade do transporte escolar em 2003.



(Fonte: Arquivo da E.MUL.T.J.R. 2003)

Portanto, entendemos que para se discutir sobre o transporte escolar foi preciso dar voz a quem viveu essa história, viu e vivenciou suas mudanças. Daí, elencamos algumas dúvidas, *“A quem devemos recorrer”* para que tais direitos não se percam? De quem é a função de averiguar que esses direitos constitucionais devam ser e continuar sendo assegurados e cumpridos? Para entender desse assunto, se faz necessário (re)visitar a história para perceber as lutas e reivindicações de uma sociedade marcada pelas desigualdades sociais.

Mas, nessa busca para atender tais demandas, é preciso se ter ciência que o

Governo Federal²⁴ e outras entidades governamentais, procuraram desenvolver ações, políticas e programas voltados para educação pública, no intuito de combater as desigualdades que coexistem dentro dos estados e municípios brasileiros, bem como contribuir com a qualidade da educação. Esse é um movimento, contínuo, é urgente, devido tratar-se de uma sociedade marcada pela desigualdade. Como salienta Feijó (2006, p.1), “a sociedade brasileira esta marcada “pela desigualdade e pela falta de oportunidades”, dificultando os cidadãos exercerem seus direitos.” Nesse caminho, como demarcação dessas conquistas e das políticas em vigor, retomemos nesse parágrafo, programas estabelecidos pelo Ministério da Educação-MEC, tais como: Programa Nacional de Transporte Escolar- PNTE, o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar-PNATE e o Programa Caminho da Escola- PCE.

Tratam-se de programas, como já salientado, criados com o intuito de contribuir financeiramente com os municípios, na compra de veículos automotores novos, para transporte diários de alunos da rede pública do ensino fundamental e que residem na área rural, por meio da LEI Nº 10.880, de 9 de Junho de 2004. Logo, o PNATE tem como objetivo primordial ofertar transporte escolar aos alunos do ensino fundamental da rede pública e moradores das áreas rurais, por meio de assistências financeiras em caráter suplementar aos Estados, ao Distrito Federal e os Municípios. Ressaltamos que em 2009 o PNATE passou a atender aos estudantes da educação básica, educação infantil, ensino fundamental e médio nas áreas rurais. De acordo com o Guia do transporte escolar, (2004, p. 05) o PNATE,

Consiste na transferência automática de recursos financeiros, sem necessidade de convênio ou outro instrumento congênere, para custear despesas com reforma, seguros, licenciamento, impostos e taxas, pneus, câmaras, serviços de mecânica em freio, suspensão, câmbio, motor, elétrica e funilaria, recuperação de assentos, combustível e lubrificantes do veículo ou, no que couber, da embarcação utilizada para o transporte de alunos da educação básica pública residente em área rural. Serve, também, para o pagamento de serviços contratados junto a terceiros para o transporte escolar.

Trata-se de gastos que são de responsabilidade do receptor e a responsabilidade da execução do PNATE cabe ao FNDE, pois é o órgão responsável pela assistência financeira e a normatização, coordenação, fiscalização, acompanhamento, avaliação da efetivação da aplicação dos recursos além da cooperação técnica. Assim, a lei nº 10.880/04 institui em seu,

²⁴ Refere-se ao Governo do ano de 2004.

Art. 2º Fica instituído o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE, no âmbito do MEC, a ser executado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, com o objetivo de oferecer transporte escolar aos alunos da educação básica pública, residentes em área rural, por meio de assistência financeira, em caráter suplementar, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, observadas as disposições desta Lei (redação dada pela Lei nº 11.947, de 2009).

Desse modo, a legislação federativa colabora com os municípios, no entendimento do transporte escolar dos alunos matriculados no estabelecimento de ensino estadual. Quando localizado em sua área de abrangência, são autorizado o repasse direto do FNDE²⁵ ao município. Na dinâmica, o acompanhamento e controle dos recursos ficam ao cuidado de cada esfera governamental. Cabe ao conselho social e do FUNDEB²⁶, acompanhar e analisar as contas do programa. Tal recurso tem o intuito de atender as necessidades reais dos estudantes e as demandas de uma fiscalização efetiva tanto dos órgãos públicos quanto da sociedade, para que haja uma intervenção consciente, desenvolvimento e fiscalização coerente, permitindo um reconhecimento dessas necessidades. Portanto, o transporte escolar é essencial para acesso e permanências dos alunos nas escolas públicas rurais e urbanas do Brasil.

Ao retomarmos o foco desse debate, a partir da escola polo que nos referênciamos, consideramos que no pensar e discutir educação do campo vinculada ao transporte escolar, pois, ambos estão atrelados sendo importante levar em consideração as necessidades e anseios das pessoas que ali vivem, na força que os move e na consciência de que educação de seus filhos é direito instituído. É preciso lutar e tomar ciência da lei para se fazer cumprí-la. Isso porque, como ressalta FREIRE, (1992, p. 5),

[...] pensar que a esperança sozinha transforma o mundo e atuar movido por tal ingenuidade é um modo excelente de tombar na desesperança, no pessimismo, no fatalismo. Mas, prescindir da esperança na luta para melhorar o mundo, como se a luta se pudesse reduzir a atos calculados apenas, à pura cientificidade, é frívola ilusão. Prescindir da esperança que se funda também na verdade como na qualidade ética da luta é negar a ela um dos seus suportes fundamentais.

²⁵ Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

²⁶ Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

Desse modo, precisamos respeitar e valorizar seus hábitos, seus costumes além das dificuldades que são enfrentadas diariamente, por se viver no campo e enfrentar uma sociedade preconceituosa e capitalista. Falamos aqui de ações e comportamentos que nos afasta do discurso “piegas” e reafirma que esperança e luta não se excluem; ao contrário, são inseparáveis, na busca por uma sociedade mais justa e democraticamente administrada. A questão é que a Educação do Campo, ao longo de sua trajetória divergem conceitos, até mesmo quando comparada com a escola e o ensino urbano.

Mas para melhor compreendermos isso, se faz importante (re)visitarmos os estudos feitos sobre a educação no meio rural no Brasil, para que assim possamos compreender que a educação rural não foi pensada, muito menos planejada. Historicamente isso privou a população do campo, em especial, a classe trabalhadora, de ter acesso às políticas e serviços públicos em geral, incluindo aí o transporte, tão determinante para o Ensino no campo. Desse modo compartilhamos com Arroyo, Caldart e Molina (2004) da seguinte ideia: a escola, no meio rural, foi tratada como resíduo do sistema educacional brasileiro e, conseqüentemente, à população do campo foi negado o acesso aos avanços ocorridos nas décadas como o reconhecimento e a garantia do direito à educação básica. Para Caldart, (2012, p. 15) assim surgiu a Educação do Campo,

[...] nasceu como mobilização/pressão de movimentos sociais por uma política educacional para comunidades camponesas: nasceu da combinação das lutas dos Sem Terra pela implantação de escolas públicas nas áreas de Reforma Agrária com as lutas de resistência de inúmeras organizações e comunidades camponesas para não perder suas escolas, suas experiências de educação, suas comunidades, seu território, sua identidade.

Ressaltamos que todo cidadão, têm direitos e deveres, e a educação é um direito que tem que ser ofertada e pensada para o campo, no entanto, ao (re)visitarmos a história percebemos que a educação ainda precisa ser (re)pensada para atender a demanda do campo e não seguir as demandas urbanizadas da forma que ainda acontece nos dias atuais.

O sujeito do campo, vivencia, cria suas raízes e identidade local, diferente do espaço urbano, que não se mostra interessado na continuidade dos costumes e a identidade do campo. Este é um desafio tão claro que já alcança e desencadeia reformulações de leis. O artigo 1º§2 da LDB (1996), nos assegura que, “a educação deve vincular ao trabalho e a prática social”, pois, assim os estudantes terá pleno desenvolvimento, em seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho, sendo importantíssimos neste papel.

De acordo com SOUZA (2012, p.173)

Os alunos auxiliam nas atividades realizadas nas propriedades, fato muito comum entre os camponeses, pois é assim que os alunos acabam aprendendo a cuidar da propriedade, além do fato de o trabalho também ser instrumento para a territorialização, portanto, essa também é parte de sua identidade.

Daí nos indagamos, mas porque essa educação precisa de um desenho específico? A questão é que a vida no campo se difere da cidade, em vários aspectos, sendo um deles o tempo em que o aluno permanece dentro do transporte escolar, pois a distância e o empenho em dedicar-se aos estudos diante das dificuldades os faz superar e transformar em combustível para alavancar os seus estudos. Trata-se de alunos que se dedicam a atividades na lida de seus familiares, no cuidar do campo e na produção de subsistência.

Outro ponto que se difere do urbano é que na escola do campo não há porteiros para regular a entrada e a saída dos alunos, a unidade escolar não há muros separando os alunos da comunidade. Logo, entendemos que tais diferenças acontece na escola do campo, e carecem serem consideradas. Falamos de alunos do campo que tenham seus direitos assegurados por lei e cumpridos pelo órgão que lhe compete. Mesmo que seu processo ocorra distante dos olhos urbanos. Pois, de acordo com Fernandes (2002, p.63),

O campo é lugar de vida, onde as pessoas podem morar, trabalhar, estudar com dignidade de quem tem o seu lugar, a sua identidade cultural. O campo não é só o lugar da produção agropecuária e agroindustrial, do latifúndio e da grilagem de terras. O campo é espaço e território dos camponeses e dos quilombolas. É no campo que estão as florestas, onde vivem as diversas nações indígenas. Por tudo isso, o campo é lugar de vida e, sobretudo de educação.

Assim sendo, o campo esta inserido em uma realidade diferente, mas, é um lugar onde há uma diversidade de vida, merecendo ser respeitada por sua cultura, religião, educação dentre outras, e uma coisa muito importante para o campo é a educação, como negar isso? Para isso o transporte se torna indispensável para os estudantes do campo e condição para que ela funcione e cumpra seu papel. O recorte de fala da participante nos ajuda compreender um pouco mais dessa dinâmica para com a família, o estudante e a escola do campo. Ela diz,

É visível que aluno que mora mais longe da escola fica mais cansado, pois são rotas de estradas de chão e as vezes em péssima conservação, muitas vezes o tempo que o aluno fica dentro do transporte chega a 2h, ou seja, o

aluno passa dentro do transporte escolar quatro horas por dia. Durante os anos no qual trabalhei no transporte escolar, tenho observado, que existe casos e casos, tem aluno que devido ao cansaço do tempo dentro do transporte prejudica sua aprendizagem, pois muitas vezes pelo tempo de transporte dificulta realizar as atividades de casa no dia a dia, outros já organiza e conseguiu ter bom rendimento de aprendizagem. Então o aprendizado varia de aluno para aluno. O fator que mais dificulta no caminho para a escola acontece no período chuvoso, as estradas comprometidas com buracos, valetas e atoleiros, faz o trajeto ser mais difícil atrasando as rotas, no qual surgem muitos contratempos durante o percurso de casa até a escola e da escola até em casa. Tenho passado por muitas experiências, mas esse ano de 2021/2021 tem sido desafiador, pois para atender os alunos no Regime Especial de Aulas. (Gestora na escola do campo)

Conhece bem os caminhos da escola, quem o percorre. Uma velha e clássica frase, nos serve aqui de bordão: “sabe o que é escola quem vive no chão da escola” e o aluno do campo conhece bem, com seus pais, o preço de se estudar no campo. O recorte “o aluno passa dentro do transporte escolar quatro horas por dia” nos traz um desenho real desse processo em tempos em que essas coisas parecem não existir, devido ao tamanho da urbanização que acreditamos existir. A imagem abaixo, nos mostra uma das dificuldades enfrentadas no cotidiano pelo aluno e professor campesino.

Figura 9- O transporte escolar e os contratempos nos períodos de chuvas.



(Fonte: Xavier, M.N.R. Rota Buenolândia/Goiás, novembro de 2007).

A imagem acima nos permite entender as dificuldades de se estudar no campo. Quando a participante afirma que “O fator que mais dificulta no caminho para a escola acontece no período chuvoso, as estradas comprometidas com buracos, valetas e atoleiros, faz o trajeto ser mais difícil atrasando as rotas, no qual surgem muitos contratempos durante o percurso de casa até a escola e da escola até em casa”. Tal afirmativa nos trás, com exatidão o perfil, a realidade e os enfrentamentos de se estudar no campo.

Daí parte um segundo desafio, não menos complexo. A dinâmica a ser desenhada, planejada e executada para atender esse aluno e suas subjetividades e enfrentamentos. Portanto, se a escola do campo funciona, ressaltamos que o papel desempenhado pelos professores ante a tais transformações, desafios, subjetividades são imensuráveis. Libâneo aponta que estes,

(...) assumem uma importância crucial ante as transformações do mundo atual. Num mundo globalizado, transnacional, nossos alunos precisam estar preparados para uma leitura crítica das transformações que ocorrem em escala mundial. Num mundo de intensas transformações científicas e tecnológicas, precisam de uma formação geral sólida, capaz de ajudá-los na sua capacidade de pensar cientificamente, de colocar cientificamente os problemas humanos (LIBÂNEO, 2011, p. 03).

Mas o campo é o campo, uma vez que a escola está distante das moradias desses alunos. Para essa educação funcionar, se faz necessário ter profissionais que compreendam a dinâmica desse aluno, pois segundo Nogueira (2014, p.48), “[...] a distância que a escola está da casa dos alunos, o tempo gasto no transporte, o desgaste e o cansaço dos alunos - devido à necessidade de acordarem ainda de madrugada e também a precariedade das estradas e dos veículos que fazem este transporte.” Podem ser fatos comprometedores de todo um processo, uma vez que tudo funcionando bem, ainda assim os estudantes são submetidos a jornadas de deslocamento com longas horas diárias de transporte cansativo.

Em minha opinião o transporte escolar tem influência direta na rotina escolar, mesmo porque se não há transporte, grande parte dos alunos e funcionários não chegam na escola, a eficiência no transporte reflete no aprendizado e no desenvolvimento em sala, enquanto professora alfabetizadora afirmo sem sombra de dúvidas aquele aluno que não depende ou que usa um transporte que “não falta” o desenvolvimento dele é superior ao do aluno que usa um transporte que “falta muito.” As escolas e os alunos do campo tem suas particularidades por exemplo no período chuvoso é comum ter atoleiros, pontes interditadas, córregos cheios, e esses fatores dificultam ou mesmo impossibilita que o aluno chegue até a escola de modo geral as escolas do tentam adequar o calendário escolar por exemplo as avaliações finais são feitas ainda no mês de novembro pois em geral o mês de dezembro é mais chuvoso. Os professores que atuam no campo precisam ter um planejamento flexível, pois nem sempre o que é planejado inicialmente pode ser executado na data prevista desse modo as metodologias adotadas precisam ser múltiplas, caso contrário corremos o risco de excluir o aluno do processo de ensino e aprendizagem. . (Gestora na escola do campo)

Damos vós aqui a algo que é consenso “se não há transporte, grande parte

dos alunos e funcionários não chegam na escola". Gestores, pais, condutores de alunos pelas estradas do campo até a escola e de retorno aos seus lares, são unânimes, a partir da consideração dos professores de que *"a eficiência no transporte reflete no aprendizado e no desenvolvimento em sala"* *"enquanto professora alfabetizadora afirmo sem sombra de dúvidas aquele aluno que não depende ou que usa um transporte que "não falta" o desenvolvimento dele é superior ao do aluno que usa um transporte que "falta muito"*. Logo, não podem ser inadequadas.

Reforçamos, essa é a sua única alternativa para ter acesso a escolarização desses alunos e é compromisso público honrá-la. Basso (2013) endossa afirmando que o transporte escolar é, na maioria dos casos, a "única possibilidade daqueles que vivem no campo terem acesso à escola. O autor elucida que, apesar do transporte de alunos possibilitar o acesso à educação escolar, por sua vez, é impescidível também desconsiderar,

[...] a distância entre os alunos e a escola e as perdas humanas nele contidas, como o cansaço dos alunos e os riscos de acidentes no transporte, daí defendermos a existência de escolas no campo, próxima à moradia dos alunos. (Basso, 2013, p. 91).

Portanto, precisamos levar em consideração alguns estudos ao apontarem que, além do cansaço físico, riscos de acidentes associados ao transporte escolar diário, bem como o inconveniente de acordar cedo, não conseguir fazer as refeições corretamente também é algo agravante. Nos refere aqui a um aluno que permanece por 2 horas dentro do sistema de transporte. Daí a pergunta, como a alimentação na escola do campo não ser ajustada a sua dinâmica de vida e contexto? Se esse é um questionamento cabal, há muitos outros em jogo no contexto do campo.

A questão é que os alunos enfrentam o preconceito e discriminação ao chegar na escola, quando não há nessa escola elementos da identidade da educação do campo. Segundo Baumann (2012, p. 38) o desafio é para com "o respeito ao saber social da experiência do cotidiano dos povos do campo, das suas culturas, das formas de produção, das relações de produção por eles engendradas, como princípio dos processos de aprendizagem, o que requer o respeito à diversidade cultural."

Portanto, considerar educação para o campesino, para esses alunos estudarem, é ação que vai além de estar na escola. Falamos do cansaço físico, por permanecer por longos períodos no transporte escolar, pela educação nem sempre ajustada a sua vida e lida, dentre outros. Muitos percorrem quilômetros até chegar ao local onde o transporte

escolar passa, precisam sair bem mais cedo de suas casas para esperar o transporte. As crianças menores às vezes chegam a dormir dentro do ônibus durante o trajeto regular.

Mas, cada vez mais, ha uma condição para o acesso à escola. Ou, mais do que isso, “uma imposição, e não uma opção dos estudantes do campo. Para Hage (2011, p.104) “há de se considerar toda a trajetória e as dificuldades que, muitas vezes, os estudantes de áreas rurais têm para chegar à sala de aula, diante da distância entre a escola e suas residências”. Nesse âmbito, entendemos que a luta pela efetivação de uma educação de qualidade não se restringe apenas sobre mudar uma nomenclatura, mas recai sobre reivindicar sobre a retomada de ideais que um dia foi levantada pelo movimento dos trabalhadores rurais.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Como parte dessas considerações, que o processo de construção deste estudo representou um contínuo de desafios, diante da complexidade que envolve a discussão da Educação do Campo e a inquestionável efetividade de Política de Transporte Escolar Rural, inclusive em tempos de pandemia, embora tenhamos ido além desse recorte temporal dos últimos 2 anos. Uma vez que que não se tem educação do campo sem transporte escolar, pois ambos estão interligados, atrelados um ao outro. Portanto, as considerações aqui apresentadas não visam concluir a temática, mas objetivou analisar a política federal do transporte escolar no Brasil, principalmente no município de Goiás-GO, na busca em defender a importância do transporte escolar para o funcionamento da Escola do campo, verificando a preocupação com a equalização das oportunidades educacionais, para com os estudantes da Comunidade no entorno do Distrito de Buenolândia, no município de Goiás-GO.

O trabalho evidenciou também que é preciso se ter consciência ao usar as tecnologias que se fez necessária e indispensável em tempos de pandemia, pois para a maioria da população estas tecnologias ainda estão indisponíveis. Diante disso, entendemos que ocorreu também uma marginalização nos processos de aprendizado, aos alunos que não conseguem ter acesso a tais tecnologias. Isso se deu não só decorrente do não poder aquisitivo, mas também pela falta de acesso a certas tecnologias, devido a questão elementares de nossa sociedade, poder aquisitivo agravado por uma pandemia que assolou o mundo e tornou pobre e marginalizados em sujeitos ainda mais pobres e jogados a própria sorte.

Vale ressaltar que a educação a distância demandou maior disponibilidade de tempo do professor, essa disponibilidade foi ainda mais abrangente para os professores atuantes no campo. Isso porque ele precisou acessar, de algum modo, os alunos com dificuldade ou mesmo sem acesso à internet e tal acesso consideradas vezes, só se foi possível à noite ou mesmo nos finais de semana. Em síntese, o professor precisou estar acessível quando solicitado e o transporte escolar foi fundamental para que esse processo tivesse êxito.

Desse modo, o trabalho desenvolvido reforça que pelas descrições, que ocorreu um esforço na busca de mediar ferramentas que possibilitassem uma equidade de aprendizado aos sujeitos camponeses. Ressaltando, a grande capacidade de adaptação e reorganização das escolas, frente às demandas que surgiram no decorrer do ano letivo de 2020, e assim o transporte escolar permitiu fazer a diferença no município de Goiás-GO, contribuindo para que o ensino remoto alcançasse seus alunos independentemente da distância em que esse aluno reside.

Logo, na busca por ajustar e fechar este trabalho, se faz necessário lembrar que em períodos de chuva, em tempos de escola presencial, essa rotina do aluno do campo é cansativa e improvável, porque no percurso ocorre de pontes quebrarem, ou mesmo os veículos. Isso quando não ficam horas atoladas à espera de socorro para que o veículo consiga passar. Para o aluno camponês em sua rotina, é comum tomar chuva, ter que voltar para casa porque o ônibus não passou, pois está (novamente) estragado, ou ficarem no meio do caminho atolados, quebrados e ou por estradas não transitáveis, não chegando, portanto, à escola. Uma rotina de espera e incertezas, que os faz chegar sempre atrasados na aula, cansados pelas longas distâncias percorridas, esperar ônibus, ingerir poeira ou tomar chuva, talvez, seja um dos motivos de termos estudantes tidos como desinteressados, apenas repetindo conhecimentos na sala de aula, sem ter noção para que sirvam, ou mesmo como utilizá-los no seu dia-a-dia. Não podemos esquecer de proporcionar aos estudantes a acessibilidade à instituição. Para que esse aluno esteja sempre motivado, pois, chegar à escola é um desafio diário. Outro dado que é perceptível as dificuldades que desenham o trajeto dos alunos nas áreas rurais do município, sendo possível observar com este trabalho é que o aporte teórico analisado neste estudo, nos instiga a pensar não apenas sobre a situação da educação do campo, mas sobre os meandros de sua efetivação, partindo do seu princípio ideológico. Dentro disso, se insere

o transporte escolar rural como pauta de reivindicação para a efetivação de uma educação de qualidade.

Em específico, a pesquisa realizada permitiu concluirmos que não é somente no entorno do distrito de Buenolândia que o transporte escolar vem causando transtorno para as escolas camponesas, mas sim em todo o território nacional. Todos os municípios passam por transtorno no transporte escolar, e o município de Goiás-Go não se difere dos demais municípios. Portanto, cabe a sociedade fiscalizar e cobrar dos representantes políticos a fiscalização e as prestações de contas do dinheiro que é destinado para o transporte escolar, para que assim possamos averiguar o uso correto de verbas destinadas para a manutenção dos transportes escolares em nosso município.

Este trabalho, nos permitiu reconhecer de que não adianta somente oferecer escolas; é preciso também oferecer meios para que os alunos cheguem até a escola e permaneçam. É conhecendo e reconhecendo a importância de tais políticas públicas, que os sujeitos responsáveis pela execução e pela fiscalização podem assumir a efetivação das mesmas no campo e para o campo. Reforçamos que o transporte escolar é, portanto, uma política educacional essencial para o acesso de considerável número de alunos de escolas públicas ao ambiente escolar, condição para que se garanta o direito à educação

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto (org.). **A aventura (auto)biográfica: teoria e empiria**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

ALMEIDA, Geraldo Peçanha de. **Ensino Híbrido, rotas para implantação na educação infantil e no ensino fundamental**. Pró Infanti Editora, Curitiba, 2020.

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salette; MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

AVRELLA, Jéssica Freitas; CERUTTI, Elizabete. **Tecnologias na educação: O ensino híbrido enquanto possibilidade metodológica**. Rev. Ciências Humanas, Frederico Westphalen,RS. (Pág.41-56). Disponível em:<http://revistas.fw.uri.br/index.php/revistadech/article/viewFile/3242/pdf>. Acesso em: 15/07/2021.

BACICH, Lilian; TANZI NETO, Adolfo; TREVISANI, Fernando de Mello (Orgs.). **Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação**. Porto Alegre: Penso, 2015.

BASSO, Jaqueline Daniela. *As escolas no campo e as salas multisseriadas no Estado de São Paulo: um estudo sobre as condições da educação escolar*. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal de São Carlos, 2013, 150p. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640313>>. Acesso em: 12/12/2021.

BAUMANN, Siuzete Vandresen. *Da vida das escolas rurais isoladas a uma escola isolada da vida rural: aprendizagens do processo de nucleação em santa rosa de lima*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Florianópolis, SC, 2012. 166 p. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/103417>>. Acesso em: 12/12/2021.

BRANDÃO, Paulo Eduardo. *Trabalho de detetive: as verdadeiras origens do coronavírus*. *Veja Saúde*, 2020. Disponível em: <<https://saude.abril.com.br/coluna/virosfera/trabalho-de-detetive-as-verdadeiras-origens-do-coronavirus/>>. Acesso em dezembro de 2021.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Programas Transporte Escolar**. 2011. IN: *Guia do transporte escolar*. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/programas_transporte_escolar>. Acesso em: 18/11/2021.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Cartilha de Regulação do Transporte Escolar Rural*. [2008]. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/centrais-de-conteudos/publicacoes/category/131-transporteescolar?download=13079:apostila_transporte_escolaro_transporte_escolar_rural_no_brasil> Acesso em: 18/11/2021.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394/96, MEC. 2002.

BRASIL. **Ministério da Educação. 1º levantamento nacional do transporte escolar: sinopse estatística 2004**. Brasília: INEP, 2006.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular- BNCC**. Brasília: MEC, 2018. Comitê Invisível. Motim e destituição agora. São Paulo: n-1, 2018.

CALDART, R. S. *Sobre Educação do Campo*. In: Clarice Aparecida dos Santos (Org.) **Por uma Educação do Campo: campo – políticas públicas – educação**. Brasília, Articulação nacional por uma educação do campo, 2008 (Coleção por uma educação do

campo N °7)

CALDART, Roseli Salete. **Sobre educação do campo**. III Seminário do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Luziânia, Goiás, 2012. Disponível em: http://web2.ufes.br/educacaodocampo/down/cdrom1/ii_03.html. Acesso em 18/11/ 2017.

CONSED. Conselho Nacional de Secretários de Educação. **Consed lança diretrizes paraprotocolos de retorno às aulas**. CONSED Notícias, 17 jun. 2020. Disponível em: [http://www.consed.org.br/portal/noticia/consed-lanca-diretrizes-para-protocolos-de-retorno- as-aulas](http://www.consed.org.br/portal/noticia/consed-lanca-diretrizes-para-protocolos-de-retorno-as-aulas). Acesso em: 22/06/ 2021.

CONSED. **Ensino Remoto**. Brasília, 2020. Disponível em:<[https://consed.info / ensinoremoto](https://consed.info/ensinoremoto)>. Acesso em 10/02/ 2021.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

DIÁRIO OFICIAL .**Decreto. Nº 9.633, de 13 de março de 2020**. *Decreta suspensão das aulas por 15 dias. Goiânia*,[2020a]. IN: Diário Oficial. Disponível em:<https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisalegislacao/103012/decreto-9633> >.Acesso em: 18/06/ 2021.

DUARTE, R. **Entrevistas em pesquisas qualitativas**. Educar em Revista, Curitiba, Editora UFPR, n. 24, p. 213-225, 2004

FERNANDES, B. M. *Diretrizes de uma caminhada*. In: KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI Paulo Ricardo; CALDART Roseli Salete. (Org.) **Educação do Campo: identidade e políticas públicas**. Brasília, DF: Articulação nacional Por Uma Educação do Campo, 2002. Coleção Por Uma Educação do Campo, n.º 4.

FERNANDES, B. M. **Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais**. In: MOLINA, M. C. (Org.). *Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. p. 27-39.

FEIJÓ, Patrícia Collat Bento. *Transporte Escolar: a obrigação do poder público municipal no desenvolvimento do programa*. 2006. 10 f. Disponível em: <[http://jus.com.br/revista/texto/9239/transporte escolar a obrigacao do poder Publico municipal no desenvolvimento do programa](http://jus.com.br/revista/texto/9239/transporte-escolar-a-obrigacao-do-poder-publico-municipal-no-desenvolvimento-do-programa)>. Acesso em: 18 novembro 2021.

FREIRE, P. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, P. **Pedagogia da Tolerância.** São Paulo, Editora Unesp.2005.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 43. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, P. **Política e Educação.** Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2020.

GOIÂNIA. **Decreto Nº 9.633, de 13 de março de 2020.** *Dispõe sobre a decretação de situação de emergência na saúde pública do Estado de Goiás, em razão da disseminação do novo coronavírus(2019-nCoV).*Goiânia,[2020b]. Disponível em: < http://www.mpg.go.gov.br/portal/arquivos/2020/03/23/13_23_27_185_Decreto_9633_diar%20io_oficial_2020_03_13_completo.situa%C3%A7%C3%A3o_de_emergencia_no_estado.pdf >. Acesso em: 18/06/ 2021.

GOIÂNIA. **Decreto Nº 9.634, de 13 de março de 2020.** *Estabelece os procedimentos preventivos de emergência a serem adotados pelo Poder Executivo do Estado de Goiás e seus servidores, em razão de pandemia do novo coronavírus (COVID-19). no estado de Goiás,[2020b].* Disponível em: < https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/103035/decreto-9638 >. Acesso em: 18/06/2021.

GOIÁS - GO. **Decreto Nº 21, de 16 de março de 2020.** *Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus e dá outras providências. Cidade de Goiás- GO: Prefeitura Municipal, [2020,p.5].*Disponível em: <http://200.234.194.45/~portal/publicacoes/decretos//decreto_0212020.pdf>.Acesso em: 18/06/2021.

GOIÁS - GO. **Decreto Nº 23, de 18 de março de 2020.** *Dispõe sobre medidas restritivas no âmbito do Município de Goiás com vistas à prevenção do contágio e combate da propagação do coronavírus. Cidade de Goiás- GO: Prefeitura Municipal, [2020,p.5].* Disponível em: < http://200.234.194.45/portal/publicacoes/decretos//decreto_0232020.pdf>. Acesso em: 18/06/2021.

HAGE, Salomão Mufarrej. *Educação do campo, legislação e implicações na gestão e nas condições de trabalho de professores das escolas multisseriadas.* In. 2º Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação, 2011, São Paulo. V.1.

IBGE:*População no último censo-2010.*Disponível em:<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/goias/panorama>.Acesso em : 20/07/2021.

INCRA GOIÁS. *Os Assentamentos em Goiás*. 2018. Disponível em: <<https://incragoias.wordpress.com/distribuicao-dos-assentamentos-no-estado-de-goias/>>. Acesso em: 18/11/2021.

INCRA GOIÁS. *Números da Reforma Agrária em Goiás*. 2021. Disponível em: <<https://incragoias.wordpress.com/distribuicao-dos-assentamentos-no-estado-de-goias/>>. Acesso em: 18/11/2021.

KOLLING, E. J., CERIOLI, P. R., CALDART, R. S. (Orgs.). **Educação do campo: Identidade e Políticas Públicas**. Articulação Nacional por uma Educação do Campo, Brasília, v. 4, 2002

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus Professor, Adeus Professora? Novas exigências educacionais e profissão docente**. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 4. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: HUCITEC/ABRASCO, 1996.

NOGUEIRA, Ariane Martins. **A relação homem – natureza no contexto do fechamento das escolas rurais em Ouvidor (GO)**. 2014. 130 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2014. Disponível em: <<http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/4092>>. Acesso em: 21/11/2021.

NOTA TÉCNICA nº: 1/2020 - GAB- 03076 NOTA TÉCNICA SES-GO. Disponível em: <https://www.saude.go.gov.br/files/banner_coronavirus/notastecnicas_1a4.pdf>. Acesso em 22/06/2021.

PASSEGGI, Maria da Conceição; SOUZA, Elizeu Clementino de. **O Movimento (auto)biográfico no Brasil: esboço de suas configurações no Campo Educacional**. *Investigación Cualitativa, Madri*, v. 2, n. 1, p. 6-26, 2017.

PORTARIA Nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, do Ministro de Estado da Saúde. Disponível em: <http://www.mpgo.mp.br/portal/arquivos/2020/03/23/1323_27_185_Decreto_9633_diariooficial_2020_03_13_completo.situa%C3%A7%C3%A3o_de_emergencia_no_estado.pdf>. Acesso em 22/06/2021.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. *Escola Municipal Terezinha de Jesus Rocha*. Goiás-GO, 2021. (Não publicado)

RESOLUÇÃO DO CEE/GO Autoriza *Regime Especial de Aulas não Presenciais* até 30 de Junho e determina férias em julho. Disponível em: <<https://cee.go.gov.br/resolucao-do-ceego-autoriza-regime-especial-de-aulas-nao-presenciais-ate-30-de-junho-edetermina>>

-ferias-em-julho/ >. Acesso em: 22 jun. 2021.

SANTOS, Marcio Neres dos e MARQUES, Alexandre Carriconde. **Condições de saúde, estilo de vida e características de trabalho de professores de uma cidade do sul do Brasil**. IN: *Ciência & Saúde Coletiva*,18(3):837-846, 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/dcPmmbfSNbBbCwR4dRP85YC/?format=pdf&lang=p>>. Acesso em: 15/07/2021.

SOUZA, F. E. *O papel das escolas do campo para o fortalecimento do campesinato na disputa territorial no Estado de Goiás*. In: SOUZA, F. E. et al (org). *Geografia e Educação do Campo: para que e para quem serve a educação no campo do Estado de Goiás?* Goiânia: Vieira, 2010. P. 11-32.

UNESCO. *UNESCO lança publicação com orientações sobre práticas educacionais abertas durante a pandemia*. 26 maio 2020. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/unesco-lanca-publicacao-com-orientacoes-sobre-praticas-educacionais-abertas-durante-a-pandemia/>. Acesso em: 25 jun. 2021.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de pesquisa**. 2. ed. reimp. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/ UFSC, 2013. 134 p. : il.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS- CÂMPUS GOIÁS

UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE CIÊNCIAS HUMANAS

PROJETO DE PESQUISA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO:

As Tessituras sobre o transporte escolar na educação do Campo no município de Goiás-GO.

Pesquisadora responsável: Márcia Nunes dos Reis Xavier

Orientador: Prof. Dr. Welson Barbosa Santos.

Descrição sucinta do projeto:

A proposta dessa pesquisa consiste em investigar as tessituras do transporte escolar em dois momentos, como era o transporte escolar há duas décadas atrás e o transporte escolar nos dois últimos anos em meio a pandemia.

Termo de Consentimento Informado

Eu _____,

RG _____, concordo em participar pesquisa “As Tessituras sobre o transporte escolar na educação do Campo”, parte integrante do trabalho de conclusão de curso aluna de Licenciatura em Educação do Campo, Márcia Nunes dos Reis Xavier, sob a orientação do Prof. Dr. Welson Barbosa Santos. Como depoente autorizo o uso dos dados do questionário escrito, desde que minha identidade seja preservada.

Assinatura do(a) participante

Contatos da aluna responsável:

Fone: (62) 99815-4414

E-mail: marciaxavierufg@gmail.com

APÊNDICE B – ROTEIRO I DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA USADO NA PESQUISA

PROJETO DE PESQUISA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

-LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO-

Atenção: favor tente, não deixar nenhuma resposta em branco. Não se preocupe com a resposta. Ela é muito importante para o sucesso desta pesquisa. E todas serão de extrema importância para as futuras análises qualquer dúvida pergunte a pesquisadora. Obrigada.

Aluna pesquisadora: Márcia Nunes dos Reis Xavier
Orientador: Prof. Dr. Welson Barbosa Santos.
Temática: Transporte escolar na Educação do Campo.
Contato: marciaxavierufg@gmail.com

ROTEIRO DA ENTREVISTA I

I. SEUS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:

- 1.Nome: _____
- 2.Idade _____ 3. Sexo: M () F () 4. Possui filhos? () Sim () Não
5. Possui outra formação no Ensino Superior? Se sim, Qual? _____
6. Estado civil: () Solteiro(a) () Casado/união estável () Divorciado(a) () Viúvo(a)
7. Já estudou em escolas do campo? () Sim () Não. Se sua resposta for sim qual Escola _____ e por quanto Tempo? _____

II. VOCÊ, MÃE

8. Quanto tempo você mora nessa região?
9. Há que distância fica da escola mais próxima? Seus filhos já estudaram nesta escola?
10. E como era o transporte escolar há 15 anos atrás?
11. Para onde e como as crianças eram transportadas? Como chegavam até a escola?
12. Como era feito o transporte a 15 anos atrás?
13. Você percebe diferença no transporte escolar de 10 anos atrás e atualmente?
14. Como mãe o que mexe com você ao ver a forma que seu filho é transportado hoje?
15. Você acredita que o transporte compromete muito no processo de aprendizagem do seu filho?
16. O transporte utilizado pelo seu filho atende suas expectativas?
17. Quanto tempo seu filho fica dentro do transporte escolar?
19. Quais os pontos positivos do transporte escolar atualmente?
20. O que você tem a dizer sobre a escola da qual seu filho estuda atualmente?

Obrigada por sua participação nesta pesquisa.

APÊNDICE C– ROTEIRO II DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA USADO NA PESQUISA

PROJETO DE PESQUISA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

-LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO-

Atenção: favor tente, não deixar nenhuma resposta em branco. Não se preocupe com a resposta. Ela é muito importante para o sucesso desta pesquisa. E todas serão de extrema importância para as futuras análises qualquer dúvida pergunte a pesquisadora. Obrigada.

Aluna pesquisadora: Márcia Nunes dos Reis Xavier

Orientador: Prof. Dr. Welson Barbosa Santos.

Temática: Transporte escolar na Educação do Campo.

Contato: marciaxavierufg@gmail.com

ROTEIRO DA ENTREVISTA II

I. SEUS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:

- 1.Nome: _____
- 2.Idade _____ 3. Sexo: M () F () 4.Possui filhos? () Sim () Não
- 5.Possui outra formação no Ensino Superior? Se sim, Qual? _____
6. Estado civil: () Solteiro(a) () Casado/união estável () Divorciado(a) () Viúvo(a)
- 7.Já estudou em escolas do campo? () Sim () Não. Se sua resposta for sim qual Escola _____ e por quanto Tempo? _____

II. Você, Transportador (a):

- 8.Há quanto tempo você trabalha na área educacional?
- 9.Há quanto tempo você trabalha/trabalhou no transporte escolar?
- 9.Considerando sua experiência de transportador como você percebe esses alunos no cotidiano?
- 10.Com base sua experiência você consegue perceber se há diferença no transportar os alunos da escola do campo da geração de 10 anos atrás e os alunos atuais?
- 11.Como transportador há diferença de postura entre o aluno que mora distante da escola e do aluno que mora perto?
- 12.Em sua opinião o fator do aluno permanecer muito tempo no transporte escolar compromete/ dificulta o processo ensino aprendizagem?
13. Considerando sua experiência de transportador, o fator que mais dificulta no caminho para a escola é:
- 14.Qual sua maior dificuldade para atender os alunos no regime especial de aulas não presenciais?
- 15.Na sua visão, qual o maior desafio do transporte escolar a ser enfrentado ao retornar às aulas presenciais?

Obrigada por sua participação nesta pesquisa.

APÊNDICE D – ROTEIRO III DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA USADO NA PESQUISA

PROJETO DE PESQUISA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO -LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO-

Atenção: favor tente, não deixar nenhuma resposta em branco. Não se preocupe com a resposta. Ela é muito importante para o sucesso desta pesquisa. E todas serão de extrema importância para as futuras análises qualquer dúvida pergunte a pesquisadora. Obrigada.

Aluna pesquisadora: Márcia Nunes dos Reis Xavier
Orientador: Prof. Dr. Welson Barbosa Santos.
Temática: Transporte escolar na Educação do Campo.
Contato: marciaxavierufg@gmail.com

ROTEIRO DA ENTREVISTA III

I. SEUS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:

- 1.Nome: _____
- 2.Idade _____ 3. Sexo: M () F () 4.Possui filhos? () Sim () Não
5. Possui outra formação no Ensino Superior? Se sim, Qual? _____
6. Estado civil: () Solteiro(a) () Casado/união estável () Divorciado(a) () Viúvo(a)
- 7.Já estudou em escolas do campo? () Sim () Não. Se sua resposta for sim qual Escola _____ e por quanto Tempo? _____

II. Você, Professor(a):

Você, Mãe/Professora II

- 1- Quanto tempo você mora nessa região?
- 2- Há que distância fica da escola mais próxima? Seus filhos já estudaram nesta escola?
- 3- E como era o transporte escolar há 15 anos atrás?
- 4-Para onde e como as crianças eram transportadas? Como chegavam até a escola?
- 5- Quais mudanças você consegue ver do transporte de 15 anos atrás para hoje?
- 6- Há quanto tempo você conhece a realidade do transporte em torno do Distrito de Buenolândia?
- 7- Você se sente contemplada com as políticas do PNATE?
- 8- A pandemia trouxe alguma mudança na rotina escolar do seu filho?
- 9- Você já trabalhou e ou trabalha em escola campesina?
- 10- Você vê a escola do campo sem a presença do transporte escolar?

Obrigada por sua participação nesta pesquisa.

APÊNDICE E – ROTEIRO IV DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA USADO NA PESQUISA

PROJETO DE PESQUISA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO -LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO-

Atenção: favor tente, não deixar nenhuma resposta em branco. Não se preocupe com a resposta. Ela é muito importante para o sucesso desta pesquisa. E todas serão de extrema importância para as futuras análises qualquer dúvida pergunte a pesquisadora. Obrigada.

Aluna pesquisadora: Márcia Nunes dos Reis Xavier
Orientador: Prof. Dr. Welson Barbosa Santos.
Temática: Transporte escolar na Educação do Campo.
Contato: marciaxavierufg@gmail.com

ROTEIRO DA ENTREVISTA IV

I. SEUS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:

- 1.Nome: _____
2. _____ 3. Sexo: M () F ()
- 4 – Possui filhos? () Sim () Não
- 5 – Possui outra formação no Ensino Superior? Se sim, Qual? _____
6. Estado civil: () Solteiro(a) () Casado/união estável () Divorciado(a) () Viúvo(a)
- 7.Já estudou em escolas do campo? () Sim () Não. Se sua resposta for sim qual Escola _____ e por quanto Tempo? _____

II. Você, Professor(a), gestor (a):

- 8.Há quanto tempo você é professora?
- 9.Como iniciou sua carreira na educação?
- 10.Em quais escolas você já atuou?
- 11.Há quanto tempo você é professora desta escola do campesina?
- 12.Quanto anos você atuou em escolas de Assentamentos? E quais foram os pontos positivos e negativos do processo ensino aprendizagem dessa época?
- 13.Como eram o funcionamento das escolas dos assentamentos Novo Horizonte/ Mata do Baú?
- 14.Conte nós como funcionava o dia a dia das escolas nos Assentamentos Novo Horizonte e Mata do Baú?
- 15.Como coordenadora pedagógica de uma escola campesina como você vê a dinâmica do transporte escolar ao longo das duas últimas décadas?
- 16.Considerando sua experiência, o fator que mais facilita o processo ensino-aprendizagem nesta escola é:

17.Considerando sua experiência, o fator que mais compromete/ dificulta o processo ensino aprendizagem nesta escola é:

18.Em sua opinião o fator do aluno permanecer no transporte escolar por longos períodos compromete no processo de aprendizagem?

19.Houve evasões por motivos advindos de problemas que envolvem o transporte escolar?

20.Em sua opinião o Transporte Escolar tem oferecido melhores condições de seus usuários conforme aponta as políticas do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE?

21.Qual sua maior dificuldade em atender os alunos que precisam utilizar-se do transporte escolar?

22.Em sua opinião o transporte escolar influencia na metodologia e ou no processo ensino aprendizagem do aluno campesino?

23.Na sua visão, qual o maior desafio pedagógico a ser enfrentado ao retornar às aulas presenciais?

Obrigada por sua participação nesta pesquisa.